



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

--- Aos vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e cinco minutos, no Centro Cívico de Santa Maria Maior, sob a Presidência de José Luís Nunes, estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira e Luísa Isabel Henriques Gouveia, como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente** – Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), Ana Maria Sousa de Freitas (PPD/PSD), António Luís Abreu Figueirôa (PPD/PSD), Daniel Almeida Meneses (PPD/PSD), Daniel Trindade Borges (PPD/PSD), Fabíola Maria de Sousa Pereira (CDS-PP), Francisco Ilídio Rebolo de Castro (PPD/PSD), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), Helena Raquel Correia Brazão de Castro (PPD/PSD), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), Lara Raquel Oliveira Pinto (PPD/PSD), Luís Miguel Moura de Sousa (PPD/PSD), Marco Aurélio da Mata Pereira (PPD/PSD), Maria Elena Rodrigues Pereira de Freitas (PPD/PSD), Maria Idalina Fernandes da Silva (PPD/PSD), Miguel Raposo de Sousa Jorge Silva (PPD/ÇPSD), Pedro José Jardim Gomes (PPD/PSD), Rosa Sofia Pestana Camacho (CDS-PP), Sílvia Marlene Pereira Rodrigues (PPD/PSD) Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues (PPD/PSD), Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas (PPD/PSD) e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho (PPD/PSD). -----

--- **Grupo Municipal do PS** – Andreia Drumond Caetano, Catarina Isabel Nuna Mendes, Guido Marcelino Mendonça Gomes, José Gabriel Pereira de Oliveira, José Juvenal Nunes Rodrigues, Maria Isabel de Ponte Garcês, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano e William Joel dos Santos Figueira. -----

--- **Grupo Municipal do BE** – Egídio Paulo Caires Fernandes, Maria José Santos Gouveia

e Paulo Sérgio Freitas Sousa. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PAN** – Joaquim José Batalha de Sousa.

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – José Rodolfo de Sousa Alves. -

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues. -----

--- **Deputado Municipal Independente** – Luís Filipe de Sá Vieira, não compareceu.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Amaro de Bettencourt Calado, da Senhora Vice-presidente Maria Cristina Andrade Pedra Costa e dos Senhores (as) Vereadores (as) Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Bruno Miguel Camacho Pereira, Helena Maria Pereira Leal, João José Nascimento Rodrigues, Rúben Dinarte Silva Abreu, Vítor Hugo Rodrigues de Jesus, Micaela Gomes Camacho, Nádía Micaela Gomes Coelho e Sancha de Carvalho e Campanella. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão manifestando o seguinte: “É com grato prazer e elevado regozijo que estamos aqui, em Santa Maria Maior, para desenvolver pela primeira vez uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Funchal. -----

Porque a Assembleia, senhoras e senhores, é de todos e para todos! -----

Nesse sentido, nós, enquanto representantes do povo, para além de sermos a voz dos munícipes, temos igualmente de criar espaços onde os fregueses possam utilizar a sua própria voz, porque são eles, na esmagadora maioria das vezes, que melhor expressam o que lhes vai na alma. -----

Meus amigos. -----

Estou aqui como presidente da Assembleia Municipal do Funchal, mas permitam-me falar

Handwritten signature and the date '26'.

primeiro como munícipe para transmitir-vos o quão especial é estar aqui convosco, hoje, em Santa Maria Maior. -----

E não! Não é especial por esta ser a única freguesia que a candidatura Funchal Sempre à Frente não ganhou. Porque a soberania em democracia é popular e é preciso respeitar a vontade do povo. Por isso aproveito para reiterar os meus votos de parabéns ao presidente Guido Gomes pelo resultado alcançado nas Autárquicas. -----

É especial porque foi aqui que nasci, cresci, onde me casei e nasceram os meus filhos, onde grande parte da minha história foi escrita. Onde efetivamente construí a minha vida. Felizmente assisti, na primeira pessoa, à evolução socioeconómica e cultural da freguesia. Lembro-me da conclusão da estrada da Boa Nova, da inauguração da Igreja, etc. e também por isso é especial poder trazer à terra onde tenho raízes a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

Porque sinto-me agradecido à freguesia e às suas gentes, por tudo o que me proporcionaram. -----

Peço desculpa por este à parte, mas acho que devo este reconhecimento a Santa Maria Maior. -----

Uma freguesia que, diga-se, enfrenta problemas semelhantes a todas as outras da cidade do Funchal, fruto de uma inflação galopante que ameaça centenas e centenas de orçamentos familiares. -----

A crise económica, com reflexos evidentes no aumento nos produtos básicos e das prestações do crédito à habitação, exige atenção redobrada dos representantes do povo. É verdade que as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência vão fortalecer, também, o setor habitacional, mas, até lá, é necessário corrigir trajetórias e adaptar o planeamento às novas exigências. -----

Felizmente, esta Vereação Municipal e o Governo Regional têm sabido agilizar processos

e ir ao encontro das necessidades dos mais desfavorecidos sem descurar o setor empresarial. Porque esta simbiose é vital para a saúde financeira da Região. -----

Resumindo: os desafios são enormes e temos de estar preparados para isso. -----

Mas não nos devemos alhear do Mundo que nos rodeia, principalmente quando outros enfrentam tormentas incompreensíveis. -----

Hoje, faz um ano desde que a Rússia invadiu a Ucrânia. Um ano de destruição e assassinatos que ainda não têm fim à vista. Famílias inteiras destroçadas, crianças que nascem e morrem sem conhecer um quotidiano normal, sem saber o que é brincar normalmente. Uma chacina que merece o repúdio de todos. Porque assistimos a uma brutal tragédia sem sentido.-----

Trágicos foram também os acontecimentos recentes na Turquia e na Síria. E devemos também ser solidários para com as vítimas do terramoto que vitimou 47 mil pessoas.-----

Portanto, peço que me acompanhem num minuto de silêncio em nome de todos os que faleceram e sofrem com a guerra e com esta recente catástrofe natural.” -----

--- Após o minuto de silêncio, foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS**, que proferiu: “Bem-vindos a Santa Maria Maior. Um muito obrigado ao Senhor Presidente da Assembleia por ter tomado esta decisão de fazer esta sessão da Assembleia no Centro Cívico de Santa Maria Maior. -----

Queria-vos dizer que a nossa freguesia vai do mar à serra. É uma freguesia que tem cerca de 12 mil residentes e padece de um grande problema, que é a falta de habitação social. Nós temos tido o problema do Alojamento Local que tem empurrado as pessoas a saírem da freguesia, onde apartamentos T1 são alugados a 700 euros e a sul da freguesia existem alugueres de 800 e 900 euros. São valores incomportáveis para os residentes que vivem do seu salário. Por isso, o que eu peço encarecidamente ao Senhor Presidente da Câmara



é que vá buscar o dinheiro que vem do PRR, e tente construir nesta freguesia um ou dois blocos de apartamentos com a finalidade social.-----

Também queria dizer que no Bairro do Canto do Muro, tem havido saques e destruição dos imóveis e era importante que o contencioso que está em Tribunal fosse resolvido, porque também daria uma lufada de ar fresco à nossa freguesia.-----

Por outro lado, salientava que na zona do Bairro de Santa Maria, que é o único bairro social que foi recuperado na parte dos telhados e dos tetos, dou-lhe os meus parabéns porque essa parte foi realmente concluída e fico muito satisfeito por isso, era importante criar uma ilha ecológica por baixo do viaduto onde está o estacionamento, ficando o Bairro com melhores condições de higiene e de salubridade.-----

Também acrescentava que na zona sul da freguesia temos um problema com um beco na zona do Lombo da Boa Vista, que por uma questão de maior fluidez de trânsito era importante solucionar.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente:-----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído, por António Luís Abreu Figueirôa.-----

1.2. Marco António Nunes Dias, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído na impossibilidade de Ricardo Nuno Pestana Abreu e de José Maurício Nunes Gonçalves por Rosa Sofia Pestana Camacho.-----

1.3. Alexandre Miguel Carvalho da Silva, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo

substituído, na impossibilidade de Liana Pestana dos Reis por Daniel Trindade Borges. ---

1.4. Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ana Maria Sousa de Freitas. -----

1.5. Jéssica José Ferreira Faria, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída, na impossibilidade de João Henrique Vital Jardim, Cátia Filipa Fernandes Caroto Escórcio e de António Virgílio Fernandes Pimenta, por Lara Raquel Oliveira Pinto. -----

1.6. Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Helena Raquel Correia Brazão de Castro. -----

1.7. Marco Paulo Teixeira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPS/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído Miguel Raposo de Sousa Jorge Silva. -----

1.8. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Maria Elena Rodrigues Pereira de Freitas. -----

1.9. Rubina Vanessa da Silva Rebelo, deputada municipal eleita pelo PDR, comunicou a sua ausência sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves. -----

1.10. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, deputada municipal eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano.

1.11. Manuel Pedro Calaça Vieira, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de José Manuel Domingos Sebastião,

JM
LP
LG

Márcia Catarina Sousa Silva, José António Faria Castanha, Luana Brazão Fernandes e José Júlio de Carvalho Gomes Curado, por Catarina Isabel Nuna Mendes.-----

1.12. Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído por José Juvenal Nunes Rodrigues. -----

1.13. Raquel João Martins da Silva, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.14. Herlanda Maria Gouveia Amado, deputada municipal eleita pela CDU, comunicou a sua ausência e não se fez substituir. -----

2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS): -----

2.1. Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, Vereadora da Câmara Municipal do Funchal, eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Sancha de Carvalho e Campanella.-----

3. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO: -----

3.1. Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, deputada municipal independente pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua suspensão de mandato no período compreendido entre os dias 24 de fevereiro e 31 de dezembro do corrente ano. -----

4. EXPEDIENTE: -----

4.1. No dia 02/02/2023 o Presidente da Assembleia Municipal do Funchal tomou posse no Conselho Municipal de Segurança.-----

4.2. No âmbito do Projeto de Proximidade da Assembleia Municipal do Funchal com as instituições desta cidade, o Presidente da Assembleia, José Luís Nunes, acompanhado pelos Secretários da Assembleia, Roberto Vieira e Luísa Gouveia, pela Vereadora Helena Leal e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, Ilídio Castro, realizou uma visita à Casa de Saúde São João de Deus, no dia três de fevereiro de dois mil e vinte e três.

5. CONVITES:-----

5.1. Luís Miguel Jardim e João Augusto Abreu enviaram um convite para a cerimónia de apresentação ao público da Argumento Incrível - Associação Cultural (MADEIRACINE), que se realizou no dia vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

5.2. O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite a inauguração das novas instalações do CIGMA - Centro Integrado de Gestão Municipal Autónoma e do Serviço Municipal de Proteção Civil do Funchal, que se realizou no dia quinze de fevereiro de dois mil e vinte e três. -----

5. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----

--- De seguida, após a dispensa da leitura da **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do trinta de setembro de dois mil e vinte e dois**, que foi previamente distribuída a todos os Senhores (as) Deputados (as), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação, sendo **aprovada por maioria** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e uma abstenção do PS.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Luís Miguel Moura de Sousa da Coligação Funchal Sempre à Frente e Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS.-----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS**, declarou que se absteve porque não esteve presente na sessão a que se refere a referida ata.-----

--- Passando ao Período de Intervenção Aberto ao Público, o Senhor Presidente da Assembleia, anunciou a inscrição dos seguintes munícipes:-----

--- **Carlos Venâncio Gonçalves dos Santos**, solicitou informação sobre a alteração ao regulamento que rege o horário de funcionamento dos estabelecimentos da Zona Velha da



Cidade. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que aquela é uma preocupação que registaram desde o primeiro dia que chegaram ao Município do Funchal, e que já no período de campanha tinham dito que aquela era uma situação insustentável e que queriam muito regular aquela situação. Por isso, estão a trabalhar o regulamento em vigor efetuado em dois mil e quinze pelo anterior executivo, que permite uma liberdade de funcionamento em termos de horários entre as vinte e as seis horas da madrugada. Acrescentou que aquela zona da cidade não pode ser olhada como uma centralidade para diversão noturna, mas sim como uma zona privilegiada onde querem conciliar a residência, o direito à sua residência, o direito à atividade comercial, à restauração e acima de tudo privilegiar o sossego da população que lá está. Por isso quis tranquilizar o Senhor Carlos Venâncio e as pessoas que moram na zona velha, que o trabalho que estão a fazer sobre aquele regulamento está perto de estar concluído, porque irão cumprir e respeitar a promessa feita.

--- **Maria do Rosário Rodrigues Pereira**, reclamou sobre a construção de uma moradia na Rua da Boa Nova em frente ao nº 30, numa curva e não respeitando o afastamento da estrada onde há circulação de transporte público e falta de passeio de transeuntes. O projeto também apresenta um terraço/varanda que não é do consenso dos vizinhos, bem como a sua volumetria parece exceder o PDM. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o loteamento com uma área total de quinhentos e catorze m², já aprovado em mil novecentos e oitenta e um, está de acordo com o alvará de loteamento. Sobre o projeto da moradia em causa, foi aprovado em dois mil e dezoito, pela anterior vereação, e está conforme os parâmetros urbanísticos previstos. Portanto, é uma área que não podem nem têm matéria para não deixar seguir, porque quer pelo alvará de loteamento, quer também pela medição e pelos parâmetros urbanísticos do próprio projeto, todos eles cumprem com aquilo que está definido legalmente. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, para apresentar a **seguinte Proposta de Recomendação – Implementação de Corpo de Polícia Municipal do Funchal**: “De acordo com o que é público nunca os residentes e visitantes deste município do Funchal recordam de tamanha violência. -----

Temos de ser sérios e admitir que temos de fazer alguma coisa e não arranjar um chavão. Deste modo o MPT deseja inverter esta situação promovendo o Corpo de Polícia Municipal do Funchal.-----

Conforme consta do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro, diploma que estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal, assim como as condições e o modo de exercício das respetivas funções, regulamentando a Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio, a "revisão da Constituição da República Portuguesa realizada em 1997 veio permitir que os municípios possam criar polícias municipais que, para além do exercício das competências de polícia administrativa já anteriormente àqueles reconhecidas, tenham ainda poderes de atuação no âmbito da segurança interna, em cooperação com as forças de segurança.” -----

Como deputado eleito democraticamente, não posso deixar de dizer que este município é deveras perigoso para viver, todos os dias deparamo-nos com violência gratuita, consumo de drogas sem respeitar o próximo, assaltos com muita violência, etc.-----

Temos vários exemplos de municípios mais pequenos e maiores onde implementaram este tipo de corpo de polícia municipal e vemos os resultados, será que neste município não podemos viver melhor ou querem que saiamos do município. -----

Em 2019 foi realizado, pela consultora KPMG, um estudo aprofundado da realidade da nossa cidade e foi inclusivamente apresentada uma proposta de regulamento nesta



Asssembleia Municipal no mesmo ano de 2019, que foi reprovada. -----

Existe, portanto, todo um trabalho realizado pela autarquia e pelos seus funcionários e dirigentes que pode e deve ser aproveitado. -----

Assim, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, alínea d), ponto 2, artigo 40º, o Grupo Municipal do Partido Terra – MPT vem por este meio propor que o Município do Funchal estabeleça a Implementação de Corpo de Polícia Municipal do Funchal.” -----

--- Colocada à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia a **Proposta de Recomendação – Implementação de Corpo de Polícia Municipal do Funchal**, agora apresentada, **não foi aprovada** com vinte e quatro votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

- DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, quis deixar bem claro que o Funchal Sempre à Frente tem um chavão e que embora saibam das dificuldades que as pessoas têm na rua, dos assaltos diários e da violência gratuita que existe, assobiam para o lado. -----

--- De seguida apresentou a **Proposta de Recomendação – Formação Específica a Bombeiros Sapadores do Funchal em Resgate de Animais**, que se transcreve: “De acordo com o que é público esta companhia de Bombeiros Sapadores do Funchal só tem um elemento com formação específica na supracitada área. -----

Resgatar um animal abandonado ou que sofre maus-tratos é um ato solidário e respeitável. Entretanto são necessários conhecimentos específicos para preservar a vida e a saúde de todos os envolvidos. -----

É preciso ressaltar que animais procedentes de maus-tratos e abandonados, podem ser

agressivos e possuir doenças ou lesões sérias, em que há necessidade da presença de um médico veterinário durante o resgate. -----

Eles ainda podem estar em locais perigosos ou adversos como ribeiras, etc. -----

Assim, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, alínea d), ponto 2, artigo 40º o Grupo Municipal do Partido Terra – MPT vem por este meio propor que o Município do Funchal estabeleça Formação Específica a Bombeiros Sapadores do Funchal em Resgate de Animais.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta de Recomendação – Formação Específica a Bombeiros Sapadores do Funchal em Resgate de Animais**, anteriormente apresentada, **não sendo aprovada** com vinte e quatro votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda onze votos a favor, sendo oito votos do PS, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e três abstenções do BE. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Gonçalo Nuno Pimenta Camacho da Coligação Funchal Sempre à Frente e Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS. -----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- O Senhor Deputado Municipal **Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse verificar que o Funchal Sempre à Frente tem um deficit para com os animais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, para apresentar o seguinte: -----

- Voto de solidariedade para com o povo ucraniano: “Um ano após o início da invasão do território da Ucrânia por parte da Federação Russa e após milhares de mortos, estropiados e destruição generalizada do território ucraniano, o PAN Madeira, propõe que os habitantes do Funchal aqui representados na sua Assembleia Municipal enviem, nesta data em que que passa um ano do início da invasão uma mensagem de fortíssima

Jim
P
26

solidariedade à Ucrânia e ao povo ucraniano pela barbárie que estão a sofrer às mãos do invasor e das suas intenções expansionistas e imperialistas totalmente inadmissíveis em pleno século XXI. -----

A ambição de poder das autocracias não pode subjugar os sonhos e projetos de vida de tantas mulheres, homens e crianças que pretendem apenas aquilo a que têm inequívoco direito: viver em paz, em liberdade e com segurança para criar os seus filhos em harmonia.

O PAN é um partido profundamente pacifista e humanista. Um partido subscritor, de todos os tratados e convenções internacionais que defendem o primado da pessoa humana. ----

Confrontado com esta catástrofe, a representação municipal do PAN na Assembleia Municipal do Funchal, propõe que esta Assembleia Municipal, realizada no dia 24 de fevereiro de 2013, delibere: -----

1 - Manifestar a sua profunda tristeza pela dor e sofrimento provocado pela intervenção militar da Federação Russa; -----

2 - Apelar à continua solidariedade para com o povo ucraniano; -----

3 - Enviar o presente voto para a Embaixada da Ucrânia e para a Associação de Ucranianos em Portugal."-----

- Voto de pesar e solidariedade: “Conforme é do conhecimento de todos, ocorreu na madrugada do dia 6 de fevereiro, um sismo, com magnitude de 7,8 na escala de Richter, que devastou o sudeste da Turquia e o noroeste da Síria, provocando, juntamente com as réplicas que se seguiram, um cenário dramático de morte e de destruição.-----

Este é um daqueles momentos em que tudo o que se possa escrever parece redutor perante a enormidade da tragédia. A magnitude da perda de vidas ocorridas na Turquia e na Síria, a enormidade da tragédia e a impossibilidade de prever ou gerir situações idênticas coloca-nos perante a nossa verdadeira dimensão. Perante o sucedido, é altura de refletirmos sobre a forma como construímos e como ordenamos do território. Para já fica-

nos um voto profundo de solidariedade e pesar com as comunidades afetadas. -----

Confrontado com esta catástrofe, **a representação municipal do PAN na Assembleia Municipal do Funchal, propõe que esta Assembleia manifesta às autoridades e ao povo da Turquia e da Síria o sentido pesar DE TODOS NÓS pelas vítimas e a nossa total solidariedade a estes povos perante esta tragédia.**-----

- Voto de Solidariedade - Dia internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital

Feminina - 6 de fevereiro de 2023: "A Mutilação Genital Feminina (MCF) é uma violação dos direitos humanos e uma forma de violência contra as mulheres e raparigas, que causa graves danos físicos e psicológicos para toda a vida. De acordo com a Organização das Nações Unidas, estima-se que afete mais de 200 milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo, das quais 600.000 viverão na Europa. -----

Com o intuito de cumprir a meta "ZERO Mutilação Genital Feminina" até 2030, tal como prevista nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a Comissão Europeia tem vindo a propor um conjunto de regras para toda a União Europeia - desde logo, a criminalização da Mutilação Genital Feminina. Frequentemente, porém, a Mutilação Genital Feminina é praticada, não no território da União Europeia, mas em países terceiros. Assim, conforme anunciou recentemente a Comissão Europeia, uma nova atualização do Sistema de Informação Schengen permitirá ativar novas medidas: a partir do próximo mês de março, polícias e demais forças de segurança passam a ser alertados quando estiverem perante pessoas em risco deste tipo de violência de género, à entrada para o espaço europeu. ----

Por diversas razões - culturais, religiosas, sociais - a Mutilação Genital Feminina continua a ser praticada em dezenas de países, em meninas entre a infância e os 15 anos, e abrange, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, todos os procedimentos que envolvam a remoção, parcial ou total, da genitália externa feminina, ou outras lesões nos órgãos genitais femininos por razões não médicas. -----

qm
P
66

Em Portugal, onde é um crime previsto no Código Penal, a Direção-Geral da Saúde registou logo casos desta prática no ano passado, o valor mais alto desde que há notificações - explicado, em parte, com a crescente sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para este fenómeno.-----

Na maioria dos casos sinalizados, a prática realizou-se fora de Portugal. -----

No ano em que se assinala o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é tempo de as mulheres e as raparigas de todo o mundo verem os seus direitos humanos respeitados, libertando-se de todas as formas de violência, e, desde logo, de verem protegido o seu direito à segurança, à integridade física e à autonomia corporal. ----

Assim, propõe o PAN Madeira que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, delibere:-----

Assinalar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, manifestando a sua solidariedade com todas as vítimas desta prática.”-----

- **Voto de solidariedade – Vítimas de violência sexual:** “No ano em que se assinala o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é tempo das pessoas de todo o mundo verem os seus direitos humanos respeitados, libertando-se de todas as formas de violência, e, desde logo, de verem protegido o seu direito à segurança, à integridade física e à autonomia corporal.-----

Foi com choque que o PAN acompanhou a publicação do relatório da Comissão independente sobre os Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica e nos casos, que são tantos, de violência sexual nele relatados. -----

O PAN Madeira propõe que esta Assembleia reunida neste dia 24 de fevereiro vote e aprove um voto de solidariedade para com as vítimas destes atos hediondos. Assim como propõe que seja feita a publicação, nos boletins municipais e de freguesia dos contactos de associações de apoio especializado às vítimas de violência sexual. ----

Entende o PAN que os relatos dos abusos, podem voltar a confrontar as vítimas de violência sexual com as suas próprias histórias de violência e dor.-----

- Quebrar o Silêncio (apoio para homens e rapazes vítimas de abusos sexuais) -----

Linha de apoio: 910 846 589 -----

Email: -----

- Associação de Mulheres Contra a Violência – AMCV -----

Linha de apoio: 213 802 165 -----

Email: ca@amcv.org.pt -----

- Emancipação, Igualdade e Recuperação EIR UMAR -----

Linha de apoio: 914 736 078 -----

Email: eir.centro@gmail.com -----

- Voto de Protesto pelo inconsequente e constante abate de árvores no Funchal: “No dia 21 de março assinala-se o Dia Internacional das Florestas, data que foi instituída pelas Nações Unidas em 2012, com o objetivo de alertar para a importância de se preservarem estes ecossistemas e para incentivar os países a encetarem esforços locais, nacionais e internacionais para protegerem as árvores.-----

Perante esta data, não é possível ignorar a atual política de abate de árvores que está a acontecer no Funchal. Quase todas as semanas nos chegam imagens de árvores adultas e saudáveis - que fazem parte da história daquela rua, daquele bairro e freguesia - com "podas excessivas", que na realidade não configuram podas e acabam mesmo por ditar a morte das árvores. Exemplo disso foi uma árvore nos Jardins do Lido que foi brutalmente cortada. Esta árvore fazia a delícia de inúmeras crianças que a trepavam e se escondiam entre as brincadeiras. Esta árvore era um exemplo da importância que estas árvores têm no quotidiano dos nossos munícipes.-----

Como este exemplo, multiplicam-se as denúncias e quando analisados os avisos que



devem informar a população dos abates verifica-se que a causa do estado fragilizado das árvores se deve ou aos sucessivos anos sem quaisquer cuidados, ou porque neste momento estorvam a empreitada que ali se pretende fazer, não sendo contemplados na decisão de critérios como a longevidade das espécies ou os riscos para a biodiversidade. Assistimos ainda ao cúmulo do desrespeito pelas árvores quando estas são abatidas para criar espaços verdes, apresentando como solução o transplante (que, não raras vezes, dita a morte do exemplar arbóreo em questão) ou a sua substituição por exemplares jovens, que não proporcionam os mesmos efeitos e benefícios que as árvores adultas, esquecendo-se quem assim atua de que são seres vivos. O papel que as árvores desempenham é crucial para a qualidade de vida e, em última instância, para a nossa sobrevivência, uma vez que captam carbono, regulam a temperatura do meio envolvente e proporcionam locais de abrigo, de nidificação e alimentação para inúmeras espécies de animais, nomeadamente aves e insetos polinizadores. Mas não só: as árvores oferecem-nos a sua sombra nos dias de maior calor e presenteiam-nos com espetáculos únicos na primavera, no momento do seu despertar e da floração e no outono, com as cores quentes que revestem as suas copas. Acima de tudo, as árvores permitem estreitar a relação elementar da pessoa com a natureza.-----

Assim, a Representação Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal do Funchal delibere:-----

- 1. Manifestar a sua preocupação face às podas excessivas e ao crescente abate de árvores adultas e saudáveis que está a decorrer por toda a cidade;-----**
- 2. Saudar todos os movimentos de cidadãos que se têm insurgido contra o abate de árvores, procurando proteger assim o património arbóreo do Funchal.”-----**

- VOTO DE PROTESTO - Pela ineficaz recolha do lixo na cidade do Funchal: “São sessenta e duas as toneladas de lixo produzidas diariamente no Funchal! Um pesado

problema, que se agiganta com a entrada de mais turistas e o deficit de funcionários nos serviços de recolha.-----

E lixo que se acumula e apresenta o Funchal com algumas ruas sujas, com cheiro nauseabundo e desorganizada, que interfere com o bem-estar de quem aqui vive. -----

Olhamos para uma cidade com demasiados contentores de lixo e ecopontos que transbordam, com roedores e insetos a proliferarem e que acabam por invadir habitações.

Enquanto não se conclue a reorganização dos serviços de limpeza e higiene urbana, que espera a administração municipal? Que os populares se organizem em brigadas de limpeza, que voluntariamente, limpem a cidade? -----

A Representação Municipal do PAN não se opõe, naturalmente, ao voluntarismo, mas como forma de complemento e entreaajuda - não como substituição de serviços que devem ser providenciados pelas autarquias e que são pagos com os impostos de todos nós. -----

Ano após ano, a crise sanitária provocada pelo excesso de lixo e de falta de limpeza na cidade agrava-se. -----

Portugal e a Madeira falham as metas europeias de reciclagem e, se nada mudar, falhará as futuras metas que impõem uma redução drástica do lixo com destino aos aterros sanitários. E o Funchal, em muito contribui para esta falha.-----

Queremos saber o que falta ao executivo para cumprimento destas metas: -----

- Recursos humanos?-----

- Um plano com todos os stakeholders envolvidos (habitantes, CMF, Juntas de Freguesia)?

O lixo já é um bem transacionável que pode gerar uma valiosa cadeia de valor. A embalagem que depositamos no ecoponto amarelo é processada por vários serviços até chegar aos recicladores. Países como o Canadá, utilizam-na como em matéria-prima para fonte de energia como o hidrogénio verde.-----

No Funchal os resíduos continuam a manchar a cidade e não estão a ser rentabilizados

Am
P
Lg.

numa lógica de economia circular. O lixo de aterro não beneficia o planeta.-----

Dado o exposto, a representação Municipal do PAN, ao abrigo do disposto no Regimento em vigor, propõe à Assembleia Municipal do Funchal, que na sua sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023, delibere:-----

1. **Protestar contra ineficaz recolha de lixo na cidade do Funchal;-----**
2. **Protestar contra a falta de limpeza ao redor de ecopontos e contentores de lixo e das ruas;-----**
3. **Protestar contra a falta de antecipação dos planos de recolha de lixo para as alturas com maior produção de resíduos;-----**
4. **Dar conhecimento deste voto às iniciativas de Cidadãos que para além de alertar as entidades responsáveis - Câmara Municipal do Funchal e as lo juntas de freguesia da cidade – têm sensibilizado a população para o problema do lixo.”-----**

- INTERVENÇÃO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, disse que o **Voto de Protesto pelo inconsequente e constante abate de árvores no Funchal**, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal do PAN, não faz muito sentido, uma vez que aquando do abate de árvores no Largo da Fonte, pela anterior Vereação o PAN ter manifestado numa notícia que saiu num diário regional: *PAN favorável ao abate de árvores no Largo da Fonte no Monte. O PAN veio tornar pública a sua posição relativamente ao abate de árvores no Monte, no seguimento das instruções do Presidente da Câmara Municipal do Funchal.*-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egidio Paulo Caires Fernandes, do BE**, solidarizou-se com o PAN relativamente aos votos de solidariedade. Sobre o Voto de Protesto pelo consequente abate de árvores no Funchal, não concorda com a intervenção do Senhor

Deputado João Paulo Marques, porque o abate de árvores no Largo da Fonte no Monte foi para tentar mitigar o risco adjacente àquele Largo e tinha um propósito muito claro, ao contrário daquilo que acontece atualmente, por exemplo, na Rua da Venezuela na freguesia de São Martinho, onde dia após dia, semana após semana e mês após mês, são abatidas árvores. Por isso, questiona se aquelas serão substituídas por outras, que eventualmente possam ser idênticas e de menor porte. -----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, questionou o Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes se sabe se a árvore a que se refere o voto de protesto estava, ou não, segura.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, não quis responder.-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação os votos apresentados pelo PAN:**-----

- **Voto de Solidariedade para com o povo ucraniano – Aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT.

- **Voto de Pesar e Solidariedade para com o povo da Turquia e da Síria, vítimas do sismo - Aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT.-----

- **Voto de Solidariedade – Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina – 6 de fevereiro de 2023 - Aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT.-----



- **Voto de Solidariedade – Vítimas de violência Sexual - Aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

- **Voto de Protesto pelo inconsequente e constante abate de árvores no Funchal - Não aprovado** com vinte e cinco votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

- **Voto de Protesto – Pela ineficaz recolha do lixo na cidade do Funchal - Não aprovado** com vinte e cinco votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, esclareceu o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques que a árvore do Lido era apenas um exemplo e não o mote do protesto. Contudo, considerou interessante saber se aquela árvore estava ou não doente. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que o MPT acompanha todos os documentos apresentados pelo PAN. Porém, sobre a questão da árvore disse que o Funchal Sempre à Frente olha para as árvores e para os animais e abate. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, para apresentar o **Voto de Pesar pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria**: "No passado dia 6 de fevereiro, a Turquia e a Síria sofreram dois fortes sismos que atingiram o sul e o centro da Turquia,

bem como o norte e o oeste da Síria.-----

O número total de vítimas já ultrapassou os 45 mil, faltando ainda contabilizar o número total de pessoas desaparecidas. O nível de destruição dos locais é catastrófico, tendo colapsado milhares de edifícios, capturando nos escombros vítimas de todas as idades. O seu resgate implicará o esforço coordenado e solidário de diferentes países e implicará ainda ajuda humanitária internacional, tanto nas operações de resgate das vítimas, como nas operações de demolição e de reconstrução dos territórios afetados em ambos os países.-----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem a honra de propor que esta Assembleia, reunida em sessão ordinária do dia 24 de fevereiro de 2023, aprove e manifeste o seu profundo pesar pelas vítimas destes sismos na Síria e na Turquia e propõe que todos os partidos com assento na Assembleia Municipal do Funchal façam um minuto de silêncio em solidariedade com todas as vítimas desta tragédia.”

--- Feito o minuto de silêncio, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Pesar pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria**, agora apresentado, sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT.-----

--- De seguida a **Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, apresentou a **Proposta de Recomendação – Adoção do uso de uma linguagem inclusiva em toda a sua comunicação institucional, interna e externa:**

“Considerando que:-----

1. De acordo com o art.º 1.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”; -----



2. A promoção da igualdade entre homens e mulheres integra as tarefas fundamentais do Estado (CRP, art.º 9.º h) e que o direito fundamental à identidade pessoal é protegido contra quaisquer formas de discriminação (CRP, n.º 1. do art.º 26.º); -----
3. Desde 2006, todos os governos nacionais têm reconhecido a necessidade do uso de uma linguagem não discriminatória na elaboração de atos normativos, destacando a neutralização e a minimização da especificação do sexo e a inclusão de normas que preconizam a utilização de linguagem não discriminatória (vide art.º 17.º do anexo ao DL 32/2022, de 9 de maio);-----
4. Portugal assume e subscreve um conjunto de orientações nacionais e internacionais que recomendam o uso de uma linguagem inclusiva e promotora da igual visibilidade e simetria de mulheres e homens, entre as quais se destacam a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, ENIND, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.ºs 61/2018, de 21 de maio, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulheres, da ONU e Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica; -----
5. Desde 1990, o Conselho da Europa vem recomendando que se incentive o uso de uma linguagem que esteja de acordo com o princípio de igualdade entre mulheres e homens, tanto na educação, como em documentos oficiais e na comunicação social e, em 2007, através da *Recomendação sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género (REC, 2007, 17)*, reforçou a importância do uso da linguagem inclusiva "(...) que reflita de igual maneira e trate com o mesmo valor e a mesma dignidade a presença, a igualdade de estatuto e os papéis dos homens e das mulheres na sociedade [o que] constitui um aspeto essencial da igualdade entre mulheres e homens, bem como um meio de realizar uma igualdade de género de carácter substantivo";-----
6. Em 2019, a Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o

sexismo (REC, 2019, 1/ reiterou “o papel da linguagem inclusiva na garantia da igualdade entre mulheres e homens, referindo a importância de utilizar as formas feminina e masculina ou neutra das designações e de usar a forma feminina e masculina ou neutra quando nos dirigimos a um grupo”, e considerou boa prática “a preparação de manuais de utilização de linguagem e comunicação, para uso na administração pública e seus documentos (...); ---

7. O Conselho Económico e Social “enquanto órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social” considerou ter “especiais responsabilidades na adoção e sugestão de boas práticas que contribuam para o uso da linguagem inclusiva, enquanto reconhecimento quotidiano da igual dignidade e da igual visibilidade das mulheres e dos homens”, tendo por isso aprovado, em 2021, um Manual de Linguagem Inclusiva (que se incluem anexo), que será facilmente adotável pelo Município do Funchal. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, tem a honra de propor que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária do dia 24 de fevereiro de 2023, recomende à Câmara Municipal do Funchal a adoção do uso de uma linguagem inclusiva em toda a sua comunicação institucional, interna e externa.”-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, mostrou a sua estupefação pelas prioridades que parecem definir a intervenção política do Partido Socialista, numa altura em que o País está a passar por tantos desafios quer ao nível da habitação, quer ao nível dos cuidados de saúde, como também pela reconhecida subida de preços devida à inflação. Também considerou profundamente preocupante que aquela proposta assumida com uma aparente impunidade, uma tentativa de controlar aquilo que se diz e que se escreve, propondo ainda uma espécie de sacrifício da liberdade e da expressão no altar da identidade, seja ela religiosa, de género, de raça ou de orientação sexual. -----



Por isso, observou que não queiram obrigar nem aquela Assembleia, nem aquela Câmara Municipal e muito menos os funchalenses, a alinhar naquela bizzarria linguística que ali trouxeram. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, defendeu que se por um lado compreende a afirmação que o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques referiu, relativamente àquilo que preocupa e aflige o povo Português diariamente, tem em crer que aquela proposta por parte da bancada do Partido Socialista faz todo o sentido de ser, porque não é sacrificio nenhum incluir a linguística e as questões da igualdade na comunicação institucional, nem é querer controlar aquilo que se diz, mas, se calhar, a forma como se diz. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, disse que o Partido Socialista quer por decreto impor o que a sociedade civil já impõe, que é a equidade e o respeito pela mulher. As mulheres que participam ativamente e proactivamente nas atividades desportivas, sociais e associativas, não precisam de um decreto para terem um direito da igualdade de género no dia a dia. Logo, não é necessário decretar que as mulheres vão ter menor ou maior participação, tal como prova aquele Executivo do Funchal Sempre à Frente, onde têm três mulheres com responsabilidades executivas sem precisarem de fazer uma recomendação àquela autarquia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, quis dizer ao **Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques** que não é o PS quem diz que aquelas questões da linguagem são obrigatórias, mas sim a ONU – Organização das Nações Unidas, o Governo da República e as Convenções Internacionais. Por isso, têm de cumprir os tratados e as convenções de que fazem parte. -----

Ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** disse que não precisa que defenda as

mulheres e que a sua atitude só mostra que os homens quando veem que o seu campo de poder está a ser ocupado, também, legitimamente e democraticamente sentem-se e ressentem-se. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação a Proposta de Recomendação – Adoção do uso de uma linguagem inclusiva em toda a sua comunicação institucional, interna e externa, apresentada pelo PS, não sendo aprovada** com vinte e quatro votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

--- Não esteve presente nesta votação o deputado municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, declarou que o Partido Socialista lamenta que a Coligação do PSD e do CDS tenham votado contra um documento, que faz uma proposta de se cumprir a lei e as normas internacionais, entrando inclusivamente aquele voto contra em choque com o Plano Municipal para a Igualdade, que mais à frente o Executivo da Câmara Municipal, que tem a cor partidária da Coligação formada pelo PSD e pelo CDS, irá colocar à apreciação e votação daquela Assembleia.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, proclamou que aquela proposta vai de encontro com o que o MPT pensa e que tem que ser aplicado. Também observaram que existe ali um deputado municipal que defende os animais e as árvores, mas na verdade o Funchal Sempre à Frente não aprova nada.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, declarou que o PAN acompanha a proposta do Partido Socialista, porque é uma questão



civilizacional, de não somenos importância e que é preciso ajudar a sociedade a resolver os problemas. Por isso, entendem que a proposta ali chumbada vai contra o tempo da história e não vai fazer história.-----

--- Foi novamente dada a palavra à **Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, para apresentar a **Proposta de Recomendação – Transportes gratuitos para apoio às atividades curriculares de todos os estabelecimentos de ensino do Funchal fora da escola**: "Considerando que:-----

- A educação global de crianças e jovens ao longo da sua escolaridade obrigatória faz-se dentro e fora da sala de aula, dentro e fora dos estabelecimentos de ensino;
- As visitas de estudo, espaços de aprendizagem não formais, funcionam como janelas de aprendizagem em que crianças e jovens consolidam com maior facilidade os conhecimentos curriculares, servindo simultaneamente como reforço das relações interpessoais com colegas e com docentes, como estímulos que permitem a promoção do conhecimento da cultura local e regional ou ainda como desenvolvimento do espírito científico;-----
- Nesta aceção, as visitas a espaços fora das escolas constituem-se como espaços de aprendizagem de excelência, estando diretamente relacionadas com a consolidação das aprendizagens curriculares e não curriculares, servindo como ferramentas pedagógicas essenciais ao desenvolvimento individual e coletivo de crianças e jovens e ajudando a combater o esbatimento de desigualdades sociais agravadas pelo risco de pobreza que existe e se mantém na RAM já há vários anos;
- Muitas escolas do concelho não conseguem realizar visitas de estudo a espaços educativos da cidade ou fora dela pela resposta municipal diminuta a transportes gratuitos para crianças, jovens e docentes relativamente a visitas de estudo;-----
- Pertencendo o Funchal à AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras)

desde 2014, no cumprimento dos 20 princípios contidos na Carta que rege esta associação, pode a Câmara Municipal fazer este investimento na população discente e docente do seu concelho, melhorando e implementando os transportes que possam apoiar todas as escolas do município no acesso aos transportes de que necessitem, para efetuarem todas as visitas de estudo que considerem essenciais à consolidação das aprendizagens das suas crianças e jovens e ao desenvolvimento das suas competências cognitivas, sociais e emocionais.-----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, tem a honra de propor que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária do dia 24 de fevereiro de 2023, recomende à Câmara Municipal do Funchal que estabeleça os necessários procedimentos, com entidades públicas e ou privadas, no sentido de melhorar a oferta de transportes para que todas as escolas do concelho do Funchal, que o desejem, consigam beneficiar as suas alunas e alunos com as visitas de estudo e ou passeios que considerem pertinentes para o desenvolvimento dos seus projetos educativos e curriculares.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Proposta de Recomendação – Transportes gratuitos para apoio às atividades curriculares de todos os estabelecimentos de ensino do Funchal fora da escola**, agora apresentada, à votação **não sendo aprovada** com vinte e quatro votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze votos a favor, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT.-----

--- Não esteve presente nesta votação o deputado municipal Pedro José Jardim Gomes, da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- O Senhor Deputado Municipal **Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que



acompanha aquela proposta. Contudo, o Funchal Sempre à Frente, que defende as crianças e os alunos, não aprova aquela proposta. Faz pensar.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, declarou que o Partido Socialista considera lamentável que a Assembleia Municipal do Funchal não aprove uma proposta, em que é pedido que coordenem transportes que não sejam só da Câmara, para apoiar as escolas na sua função absolutamente essencial de apoio à educação de todas as crianças do Funchal. Por isso, aquela Coligação só mostra que realmente põe o Funchal atrás, principalmente no que diz respeito às crianças e às escolas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, considerou que aquela Assembleia está atípica, porque a proteção das árvores, a questão dos animais, a linguagem inclusiva e o transporte do aluno, é tudo mau. Mas, lamentando a não aprovação daquela proposta, mais uma vez acompanham a questão do Partido Socialista, uma vez que para aprender é preciso sair para conseguir dar mais conhecimento.-----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, fez a seguinte intervenção: "No passado dia 15 de fevereiro assistimos a uma triste prestação do nosso Presidente de Câmara numa inauguração que resolveu ir, e fazer o balanço dos 15 meses de governação. Foi à inauguração de um investimento todo ele pensado, projetado e lançado pelo anterior executivo para dizer mal do anterior executivo. O Senhor Presidente não consegue gerir a cidade sem esse complexo de que efetivamente os que aqui estavam antes eram melhores, faziam mais e melhor, geriam melhor, preocupavam-se mais, eram mais justos e mais humanos. Tem esse complexo e é notório. Então por isso sente essa necessidade de dizer mal do anterior executivo, a necessidade de apagar o passado, talvez para se convencer a si próprio, a necessidade de alterar e redenominar projetos, programas

e regulamentos, de afirmar mentiras na tentativa de que se tornem verdade. É uma estratégia. Para nós uma estratégia dos fracos.-----

Pedro Calado fez o balanço de 15 meses de governação e além de dizer mal, conseguiu apontar coisas que estava a fazer, a seu ver muito positivas e fantásticas, conseguiu elencar meia dúzia. Afirmou que recomeçou as empreitadas e avançou com outros projetos e deu como bom exemplo, o CIGMA - Centro Integrado de Gestão Municipal, pois realmente foi só avançar e esperar sentado porque estava tudo feito, ainda disse e cito: *enquanto uns falam e vendem um invólucro, uns trabalham e olham para o conteúdo*. Não sei a quem se referia, mas uma coisa é certa, o Senhor trabalha o conteúdo de um invólucro que não fez e que na grande maioria dos casos, não tem capacidade para o fazer, como aliás tem demonstrado. Disse, também, que celebrou acordos com a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, fantástico, realmente depois de tanta baralhada e incongruência nas suas afirmações nos primeiros 6 meses de governação, percebemos a sua dificuldade e o destaque que deu ao assunto.-----

Negociações com a Empresa de Eletricidade da Madeira, esta maravilha que vem aqui hoje à ordem de trabalhos, onde reconheceu prescrições em nome da Câmara, mas onde permitiu que a Empresa de Eletricidade da Madeira cobrasse e obrigasse a Câmara Municipal do Funchal a pagar faturas prescritas.-----

Acordos com feirantes, realmente os feirantes são persistentes, percebo que os refira no seu balanço dos 15 meses, acredito que tivesse referido mais algumas, mas se o que a comunicação social destacou foi isto, imagine-se o resto. Talvez se tivesse aprovado algumas das propostas apresentadas pelos Vereadores indicados pelo Partido Socialista na Câmara Municipal do Funchal, ou pelas Deputadas e Deputados do PS nesta Assembleia Municipal, teria mais importantes para apresentar à população. O que na sua opinião, e passo a citar: *foram meses de muita organização e trabalho, mas onde não faltou*

o investimento e o reforço de apoios sociais, para nós e lamentavelmente para todas e todos funchalenses, foram 15 meses de muita incompetência e muito desleixo. É a segurança que está ameaçada, é o trânsito que está caótico, é a limpeza urbana de muitos espaços que está descuidada, é a recolha de resíduos cada vez com mais reclamações, são os problemas sociais e desigualdades que se agravam, é o ignorar de questões fundamentais da democracia como são as da participação e da igualdade. Sim, 15 meses de muita incompetência e desleixo e esperamos, sinceramente, que este executivo se deixe de tanta propaganda e se preocupe em melhorar a vida de todas e todos os funchalenses.”

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu de o apresentar. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, proferiu o seguinte: “O Funchal depois das eleições autárquicas ficou refém de quem acha que agilizar o urbanismo é fingir que não se sabe, fechar os olhos ou olhar para o lado do mar e culpar Lisboa por qualquer coisa, não importa o quê. Se não vejamos. -----

Agilizar o urbanismo na ideia governativa deste executivo é: suspender um PDM – Plano Diretor Municipal aprovado e fundamentado em estudos geológico, geotécnico e hidrológico, com estudo de impacto de tráfego, transporte e ruído e de uma avaliação ambiental estratégica. -----

Agilizar o urbanismo na ação governativa deste executivo é eliminar a execução do Plano de Pormenor da Praia formosa e permitir que o projeto de construção de dois empreendimentos não salvguarde os interesses e direitos dos funchalenses no que

concerne na utilização de zonas de lazer, de uma promenade e de uma ciclovia que nós já sabemos que o PSD tem alergia, assim como melhores acessibilidades ao mar e aos estacionamento.-----

Agilizar o urbanismo na ação governativa deste executivo é dizer aos madeirenses que a maior praia de acesso gratuito no Funchal, será um condomínio de luxo de acesso mais difícil a todos e que isso é maravilhoso para o Funchal.-----

Agilizar o urbanismo na ação executiva deste executivo é reduzir a reserva agrícola do Funchal, ou pelo menos mudar o tipo de sementeira para incrementar a rentabilidade económica desse solo. Em vez de hortícolas semeia-se ferro e betão armado, em vez de estufas constroem-se habitação de luxo, porque o Funchal não é para pelintras e São Gonçalo tem uma vista espetacular para ver os navios ao som das pedras de gelo a derreter num drink cor de abóbora. -----

Agilizar o urbanismo na ação governativa deste executivo é aumentar a área destinada ao comércio em zonas classificadas como residenciais, porque isso sim é resolver o problema grave de habitação que assola o Funchal nos tempos que correm.-----

Os grandes problemas do concelho não se resolvem transformando o Funchal num gigantesco resort polvilhado em alojamento local e shoppings centers, enquanto se constrói uma cidade Disneylândia para vistos dourados e para fundos de investimento que não moram em casa nenhuma, e quem nasceu no Funchal vê-se cada vez mais na periferia sendo cada vez mais empurrado para fora da cidade.-----

A cada anúncio de novas medidas deste PSD e CDS torna-se mais evidente a inversão da pirâmide dos valores que deveria nortear quem gere a coisa pública, e que para esta Coligação a ideia do Funchal muito à frente, passa por deixar cada vez mais os funchalenses para trás.-----

Agilizar o urbanismo na ação governativa deste executivo é criar instabilidade, mudar



condições de equidade de mercado e perturbar a livre concorrência entre empresários (as). O problema desta suspensão pontual do PDM é a criação da instabilidade das regras e o favorecimento de alguns em detrimento da maioria dos empresários, que, pelo contrário, respeitam as regras e protegem o investimento, tais como as que obrigam à construção resistente a sismos ou que impedem que se construa em locais que ponham as zonas a jusante em risco. Não podemos permitir e facilitar a construção em zonas de risco colocando pessoas e bens em situações de vulnerabilidade.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse verificar aumentos brutais na cobrança da água e de resíduos sólidos, mas nem um cêntimo de contribuição da Frente MarFunchal dos parques da autarquia. -----

Sobre os projetos das zonas altas que foram entregues aos munícipes, perguntou se os mesmos já têm levantamento topográfico, projetos de especialidade e alguma coisa mais. Sobre os materiais entregues pela Associação ASA, julga que seria melhor fazer um protocolo com a SocioHabitaFunchal para que fosse aquela a fiscalizar e a ceder esses materiais. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, relativamente ao relatório de atividades e a informação escrita do Presidente da Câmara, expôs e questionou o seguinte:-----

- Sobre o **Departamento Jurídico**, solicitou a análise da documentação e acompanhamento da entrada do Município do Funchal na Associação IDEA, referida na página quatro, bem como a análise pelo Tribunal de Contas relativamente à participação naquela Associação, referida na página noventa e seis, e gostariam de ter acesso ao Protocolo a celebrar entre a Autoridade Tributária e Aduaneira, referido na página cinco.--

- **Passando aos Recursos Humanos**, assinalou que apesar de verificar uma diminuição do número de trabalhadores do Município face ao ano passado, que presume que se deve

provavelmente às reformas dos trabalhadores que atingiram essa idade, apontou que existiu um aumento bastante significativo dos cargos de dirigentes que passaram de quarente e seis para setenta e um, um aumento de mais de 50% que consideram desadequado e exagerado. Saliu ainda que para cabal informação dos deputados municipais, seria importante que cada um dos departamentos e em cada uma das divisões e unidades orgânicas, pudessem ter a informação de quem são os titulares dos cargos de dirigentes.-----

- Na parte Financeira, realçou o aumento da dívida do Município no valor de quarenta e cinco milhões de euros. Depois fazendo uma análise da **Receita** verificou um aumento significativo de mais 44% na cobrança de água e mais 31% na cobrança de resíduos sólidos, o que não pode deixar de significar que os funchalenses estão a pagar mais, numa altura em que as dificuldades são acrescidas pelas diversas razões já de todos conhecidas. Relativamente à análise da **Despesa**, verificou, também, um aumento bastante significativo com as despesas com pessoal, por isso, perguntou se aqueles mais quatrocentos e vinte e cinco mil euros por mês, significa o aumento que a Câmara tem com o pagamento do aumento de cargos de dirigentes. Também atestou um aumento significativo com estudos, pareceres, projetos, consultorias e várias prestações de serviço, nomeadamente a fiscalização da ETAR, por isso gostaria que lhe fosse esclarecido aquele aumento tão significativo na ordem dos 14,472 mil euros, apenas no mês de janeiro.-----

- Sobre a tão falada **Felisberta**, folgou em saber que após quinze meses de iniciarem funções estão a recuperá-la.-----

- Relativamente às questões da **Mobilidade**, verificou na página noventa e dois, que vão proibir o estacionamento na Rua D. Carlos I, no Caminho de Ferro e na Ponte do Caminho de Ferro e que a Avenida Arriaga vai ter uma sinalização para Shuttle Bus.-----

- Sobre os dados do **Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de**

Trabalho, gostariam de ter os dados à semelhança do que era também fornecido em anteriores relatórios.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Sobre a **questão do número de funcionários e do número de dirigentes**, disse que sentiram a necessidade de fazerem uma reestruturação da orgânica da Câmara para descentralizar serviços, competências e poderes. Também confirmou que aumentaram o número de lugares de quadros de dirigentes, mas, à exceção dos cargos que vinham de fora, o que é normal em qualquer governação, tal como foi feito pelo anterior executivo, com funcionários daquele Município, daí que o aumento dos custos com pessoal não vem do número de pessoas que foram para cargos de dirigentes. Recordou ainda à Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano que só a incorporação das normas do Orçamento de Estado do Governo da República, sobre as novas regras de funcionamento, obrigou que incorporassem 2,2 milhões de euros em custos com pessoal. Das receitas do Orçamento de Estado do Governo da República de aumento para o Município do Funchal, tiveram 100 mil euros a mais, de despesas só por incorporação do Orçamento de Estado.-----

- Falando de **custos e de receitas do Município do Funchal** disse que ficou muito satisfeito quando vê ali os deputados municipais reconhecerem que o investimento daquele Município e daquele executivo está a aumentar, razão pela qual têm o privilégio de começarem aquele mandato a dar continuidade às obras que estavam todas paradas, porque o anterior executivo só se lembrou de fazer as obras apenas no ano das eleições.

- Achou caricato falar sobre **a Felisberta**, porque enquanto esteve oito anos nas mãos do anterior executivo, no primeiro ano do atual executivo já estão a dar continuidade e vão acabar aquilo que não fizeram.-----

- Pronunciando-se sobre o **CIGMA - Centro Integrado de Gestão Municipal Autónomo**, lembrou que o projeto teve início em setembro de dois mil e vinte e um, vinte dias antes das

eleições autárquicas, por isso quem adaptou aquele projeto, fez as obras e o inaugurou, foi o atual executivo do Município do Funchal. -----

- Referindo-se sobre o **aumento dos empréstimos**, disse ser natural, pois se tudo veio detrás inacabado, por fazer e onde só a obra da ETAR, que finalmente conseguiram pôr no terreno, tem um contrato público de quase dezassete milhões de euros. -----

- Sobre a questão do **consumo da água**, referiu ter havido descaradamente uma falta de investimento do anterior executivo, onde a água não faturada em dois mil e vinte bateu os records de todas as cidades. O Funchal chegou a ter quase 70% de água não faturada, daí a dívida monstruosa da ARM que deixaram, que o atual executivo está a pagar, e que já no final do ano de dois mil e vinte e dois passaram para 61%, o que resultou passarem o valor de faturação de 18,2 para 21,5 milhões de euros. Ou seja, atualmente estão a comprar menos 440 mil m² de água e a vender mais água à população que não está a pagar mais, pois o aumento que houve foi o índice de consumidores que é de 0,52% e decorre da lei, estando o valor de liquidação equivalente ao volume de água que foi vendida, porque a Madeira teve mais turistas, logo mais gente a consumir água. Assim, faturaram mais e compraram menos, o que deu mais dinheiro para reforçar os apoios sociais em 40%. -----

- Quanto à **suspensão do Plano Diretor Municipal e do Projeto da Praia Formosa**, asseverou que aquela praia é pública e que vai continuar a sê-lo. Os dois projetos que existem daquela praia estavam aprovados pelos anteriores executivos do Município do Funchal e não foram modificados. Apenas houve a necessidade de fazer a suspensão do PDM para todo o concelho do Funchal, para libertar alguns projetos que existem e que têm a ver, não com o aumento da capacidade construtiva, mas com a área de implantação e nada a ver com benefícios do PDM, nem com benefícios de grupos económicos. Relembrou ainda que na acessibilidade da Praia Formosa no anterior executivo, todos os funchalenses pagavam, do erário do Município do Funchal, um parque de estacionamento privado para



que pudessem parar os carros, longe da acessibilidade ao mar, porém o atual executivo conseguiu concretizar o compromisso de devolver o parque de estacionamento junto à orla marítima para todos os madeirenses e funchalenses. -----

- Depois sobre a **limpeza da cidade do Funchal**, lembrou o caos em que deixaram o Município do Funchal, sem meios e sem recursos humanos. -----

- Referindo-se sobre o **quadro de pessoal do Município do Funchal**, concordou que o mesmo baixou, porque durante oito anos a anterior vereação não teve o cuidado de fazer o recrutamento de funcionários para aquele Município, para colmatar as saídas dos mesmos por aposentação e por vários motivos. Atualmente estão a ser contratados mais trinta Cantoneiros e dez Motoristas, e das reservas de recrutamento estão a iniciar a contratação de mais cantoneiros. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** falando de urbanismo e de ordenamento, disse que em dois mil e treze tinha sido feito um esforço enormíssimo, por equipas da autarquia, para desenvolver na área do ordenamento doze planos. Aconteceu que em dois mil e dezoito, com a entrada em vigor do PDM - Plano Diretor Municipal do Funchal, e desconhecendo quais foram as justificações, revogaram sete planos e mais dois de planos de pormenor. A seguir, em dois mil e dezanove, foi feita uma suspensão do Plano Diretor do Funchal para todo o concelho, do qual se engloba a área da Praia Formosa. Contudo, as regras e todos os parâmetros até então, para aquela área, serão exatamente as mesmas, apenas irão suspender a obrigatoriedade de fazer um Plano de Pormenor para a Praia Formosa, porque na realidade 76% dessa área são de dois proprietários que já estava por baixo dessa obrigatoriedade e todas as regras que eram previstas para edificação nessa zona. -----

Também há áreas no Funchal que estão classificadas como solo rústico e não houve o cuidado de sustentar loteamentos, que são solos urbanos, logo, vão corrigir essas

anormalidades que existem no Plano Diretor, para irem de encontro às expetativas dos munícipes do Funchal. -----

Na questão das zonas altas do Funchal, deu a sua palavra que as áreas de construção que lá estão serão mantidas, e que se por acaso for para alterar alguma coisa nesse sentido, será numa revisão do PDM que já estão a trabalhar e que brevemente será publicitado. Porém, nessa revisão todos os munícipes vão participar e vão ter resposta às suas participações, ao contrário daquilo que foi feito aquando do Plano Diretor Municipal de dois mil e dezoito, e garantiu que essa revisão será cumprida na íntegra. -----

Sobre os riscos que estão previstos no Plano Diretor, e que concorda, existe o problema de na Carta de Riscos que foi elaborada *ad hoc*, porque não se encontra nenhum registo devidamente credenciado, e que foi introduzida no Plano Diretor. Verificamos que em determinadas zonas não se confirma qualquer risco daquilo que está explanado no Plano Diretor, o que obriga os munícipes a terem de possuir um termo e um relatório que terão de pagar a um Técnico, tornando-se um processo mais oneroso para os mesmos. Por isso garantiu que isso será corrigido, porque enquanto ali estiver todo o trabalho é em prol da população do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que é preciso fazer um levantamento exaustivo dos solos do Município do Funchal, para então dar as zonas corretas para construir, principalmente nas zonas altas. Porque atualmente, por exemplo, na zona do Monte já não existe pedra para fazer as sapatas para construir as casas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara** disse que não é aquele discurso que as pessoas da cidade do Funchal sentem e veem, pois embora tenha ganho as eleições não esqueça que muitos milhares de pessoas votaram nos partidos que ali estão representados enquanto oposição.



Por isso tem a certeza que muitos daqueles que têm a oportunidade de os ver refletem-se naquelas que foram as suas palavras, e que efetivamente a cidade está pior em muitas situações que o mesmo dizia que as iria resolver de imediato.-----

Relativamente ao **Senhor Vereador João Rodrigues** e ao PDM, disse admirar a forma como vem ali, quase como um “cordeirinho manso”, falar umas palavras muito suaves e simpáticas, parecendo que não teve responsabilidade naquela Câmara enquanto Vereador. Assim, aquilo que lhe foi pedido é que se preocupe mais com as vidas humanas.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Dois - Proposta de Deliberação de Orçamento Suplementar 2023 – Alteração Modificativa, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, o qual prescindiu de o apresentar. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, transmitiu: “Este orçamento suplementar e alteração modificativa, deve-se essencialmente à integração do saldo de gerência que o executivo fixa em 20 milhões de euros, mas que no nosso entendimento deveria de ser de 28 milhões de euros, os tais 8 milhões que foram subtraídos aos compromissos existentes e colocados em aplicações financeiras. -----

Há falta de vontade política e teimosia em não realizar determinados projetos e medidas que consideramos importantíssimas para cidade, como a questão dos transportes públicos gratuitos que aqui já propusemos e que o PSD chumbou, os manuais escolares, a questão dos projetos do orçamento participativo que pese embora ultrapassar o valor, o que é facto é que foram aceites pelos serviços e ainda que numa primeira fase a estimativa não tivesse ultrapassado aquele montante, as pessoas votaram, participaram e acho que poderia perfeitamente ter cabimento. -----

Não se compreende por outro lado este reforço de 17 milhões de euros em despesas

correntes, a não ser que tenham propositadamente sub orçamentado determinadas rubricas do orçamento, e no nosso entendimento isto sendo despesas correntes deviam de estar refletidas no orçamento e não devia de ser agora por esta via, sendo necessário fazer este reforço de 17 milhões de euros e consideramos que isto figura uma violação dos princípios da execução orçamental.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse: “O Partido da Terra analisou esta rubrica e reparamos que a nível do projeto base cartográfica, achamos que já devia complementar 2024, porque assim dava-nos uma maior amplitude a nível da construção para habitação no Funchal. Não nos podemos esquecer que isto é um aumento grande neste orçamento. Nós entendemos que, também, em saldo de gerência estes 20 milhões de euros cobrados a mais, mais tarde e como disse o Secretário Regional das Finanças que vão acabar com o IMT, podemos precisar deste dinheiro futuramente”. -

--- **O Senhor Presidente da Câmara** explanou o seguinte: “Eu julgo que é de conhecimento geral, sobretudo para os membros quer do antigo executivo, quer também dos Senhores deputados municipais, que a elaboração de um orçamento destes tem de seguir algumas regras definidas por lei. E sobretudo na parte das receitas quando a Senhora Deputada questiona se há uma suborçamentação do documento, sabe que, sobretudo do saldo das receitas, só se pode fazer um orçamento com a média dos últimos 24 meses, essa é a regra que o Tribunal de Contas impõe. Portanto, sendo a média dos últimos 24 meses, nós até podíamos saber que em termos de IMI ou eventualmente de IMT, e atendendo aos últimos 2 anos que foram de pandemia, que as receitas até iriam ser superiores, mas a própria lei impede de fixarmos um valor superior áquilo que é a média dos últimos 24 meses. Logo, não reconhecer isto é não reconhecer a legalidade e aquilo que nós nos temos vindo a aperceber é que os Senhores Deputados têm uma dificuldade extrema em trabalhar com a legalidade e com a verdade, aliás aquilo que hoje estamos aqui a fazer, que é a integração



do saldo de gerência, está a acontecer em todos os outros Municípios. Portanto, não há aqui nenhum desvio, ninguém está a esconder valores, isto corre da própria lei e o que nós estamos agora a fazer, é pedir exatamente a integração destes valores para podermos passar verbas que foram escolhidas e identificadas no orçamento inicial como não definidas agora para definidas, para podermos executar exatamente esses mesmos projetos. Mas quando trouxemos o orçamento foram exatamente estes Senhores Deputados que vieram acusar o executivo de não contemplar as verbas necessárias para a execução de investimento dentro do orçamento, elas estavam lá como não definidas, estávamos era à espera de fazer a inclusão deste saldo de gerência. Por isso, penso que não restam quaisquer dúvidas”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Dois - Proposta de Deliberação de Orçamento Suplementar 2023 – Alteração Modificativa, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, um voto do PAN e um voto do PDR. Mereceu ainda dez abstenções consistindo em nove do PS e uma do MPT. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Luís Miguel Moura de Sousa, da Coligação Funchal Sempre à Frente.

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou: “A nossa abstenção foi porque achamos que foi pouco audaz, nós precisamos de mais habitação no Funchal e precisamos de rever as zonas topográficas do concelho. Por isso achamos que ainda está a ser pouco e do saldo de gerência podia fazer melhor”.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, proclamou: “Abstivemo-nos por considerarmos que este orçamento suplementar em primeiro lugar

integra um saldo de gerência de 20 milhões de euros, mas que no nosso entendimento deveria de ser de 28 milhões de euros, os tais 8 milhões de euros subtraídos aos compromissos existentes e colocados em aplicações financeiras. E é claro que todos os Municípios fazem a integração de saldo de gerência, mas este é o único que subtraiu 8 milhões de euros e que os colocou numa aplicação financeira para render, segundo as suas palavras. E porque reforça rubricas de despesas correntes em 17 milhões de euros, numa clara violação dos princípios de execução orçamental, o que significa que suborçamentaram o orçamento para 2023 e agora vêm atrás deste orçamento suplementar introduzir despesas que já se sabiam existir e eram previsíveis”. -----

--- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, voltou a prescindir da apresentação do **Ponto Três - a Proposta de Deliberação do Mapa de Desempenho Orçamental 2022, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09.** -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS,** expôs: “Relativamente ao mapa de desempenho orçamental gostaria de manifestar o nosso protesto pelo facto destes mapas serem de muito difícil leitura, para podermos desempenhar o nosso papel de fiscalização. Fica claro neste documento as opções políticas deste executivo, nomeadamente no aumento da receita fiscal, que não posso deixar de aqui referir que a receita neste momento é um recorde absoluto de impostos diretos que se verificam no valor de 45 milhões de euros. Afinal a devolução da totalidade do IRS aos munícipes era possível, numa altura em que os custos de vida têm subido consideravelmente e podiam e deviam ter decidido devolver os 2,5% de IRS aos funchalenses, era aquilo que o PSD defendia no anterior mandato, mas agora parece que têm medo de falar e realmente mais vale estar calado, porque as incongruências depois acabam por ser que mais vale estar calado. Mas também já sabemos que coerência e



seriedade é coisa que não se reconhece aos Senhores do PSD e do CDS, a ganância pelos vistos é muita e a preocupação com as pessoas pouca e já sabemos que isto é a conta gotas, e que até às eleições certamente os 2,5% vão ser devolvidos, quando podiam ter sido já este ano. E foi apanhado na sua própria mentira, disse que não ia reduzir as verbas para as Juntas de Freguesia, aquilo que nós já tínhamos referido em Assembleias Municipais anteriores, mas não é isso que dizem todos os documentos que são trazidos a esta Assembleia. Portanto, vou fazer minhas as suas palavras, ou é uma mentira ou é incompetente. Diminui em quase 10% o valor de transferências para as Juntas de Freguesia, porque o valor que está aqui refletido é de 1 milhão 514 mil 616 euros em 2021 para 1 milhão 281 mil 598 euros em 2022, ou seja, menos 233 mil e 17 euros e 80 cêntimos. Por outro lado, grande parte da execução dos investimentos que estão aqui refletidos são de investimentos deixados pelo anterior executivo e não percebo porque é que continuam a executar estes investimentos, e não fizeram novos projetos e novas ideias, têm estado a executar todos os investimentos que vieram de trás como é aqui bem patente. É o plano de renovação de frota, são as acessibilidades no Caminho das Lajinhas, no Caminho do Trapiche, a rede ciclável na Estrada Monumental, a beneficiação do antigo Matadouro, o CIGMA, o Arquivo Municipal, as empreitadas de eficiência energética nos bairros sociais, o programa de controlo de fugas nas redes de água potável ou o projeto da ETAR do Funchal em que todo o projeto foi feito ao ponto de poder agora executar, porque aquilo que nós nos deparamos quando chegamos à Câmara em 2013 é que existia um projeto de uma ETAR do Funchal parado há mais de 10 anos, em que não tinha sido feito rigorosamente nada. E agora ainda bem que conseguiu iniciar as obras, porque todo o trabalho foi feito anteriormente". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que o seu programa está sendo difícil de implementar,

porque as suas promessas de novas obras só existem no papel. Por isso, perguntou-lhe se será agora que vai conseguir implementá-las. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por referir que a fundamentação da previsível abstenção que será a opção do Partido Socialista em relação àquele ponto da ordem de trabalhos, assenta em três pontos:-----

- O primeiro tem a ver com uma cobrança de impostos que supostamente justificaria uma redução na carga fiscal. -----

- O segundo é a crítica da alegada diminuição das transferências que foram realizadas por aquela Câmara para as Juntas de Freguesia.-----

- O terceiro é de que tudo o que aquela Câmara faz é resultado do excelente trabalho que a Confiança deixou, para que agora o atual executivo só o vá inaugurar.-----

Começando pela questão da **redução fiscal**, disse que é preciso ter uma grande ousadia ir àquele púlpito reclamar por redução da carga fiscal quando a herança do anterior executivo é não só a manutenção da carga fiscal, como tem sido repetidamente proposto, para que essa carga aumente não só para as empresas, mas também para os munícipes.

Quanto á **diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia**, lembrou o calvário orçamental que quiseram impor às Juntas de Freguesia que não eram da cor política do anterior executivo, como as ameaças que foram feitas por membros da Vereação contra o anterior Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que se não aprovasse o orçamento, a obra da Escola do Pina nunca iria para a frente, sendo o atual Executivo a assumir isso como uma prioridade para a freguesia e para a cidade. O garrote que quiseram impor à Freguesia do Monte, que se não fosse aquela Assembleia Municipal teria avançado, e a subida de 30% no orçamento para 2023 para as transferências para as Juntas de Freguesia em relação ao orçamento para 2022.-----

Jm
20

Sobre a **execução de investimentos deixados no terreno pela Coligação Confiança**, lembrou o desastre que foi a ciclovia, a questão do projeto da Felisberta, que tal como o CIGMA ficaram sabendo naquela manhã que estava pronto, que a ETAR afinal até demorava algum tempo, e que até o Matadouro também estava pronto a funcionar. Logo, questionou porque não os inauguraram?-----

Quanto à ideia de que antes da Confiança havia uma espécie de deserto árido de obras e de investimento no Funchal, disse que sempre achou que o Funchal já existia antes de daqueles chegarem àquela autarquia, e que também acha que é normal que os executivos retomem o trabalho que os que os antecederam começaram a implementar. Porque reconhecer que o trabalho foi iniciado, é muito diferente de vir ali dizer que tudo o que está feito no Funchal é graças à Coligação Confiança. Por exemplo, a primeira grande obra da Coligação Mudança a inaugurar o Complexo Balnear do Lido com grande pompa e circunstância, tendo até a presença do Senhor primeiro-ministro, António Costa, foi efetivamente deixada pela anterior vereação, e o que lá ficou foi uma placa com o nome de um Presidente da Câmara como se tivesse sido ele a construí-lo, pedra a pedra. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, sobre o que proferiu o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, também considera que é natural que o executivo que inicia funções termine aquelas que foram as obras que estavam em curso ou em fase final, dos anteriores executivos, todavia não é verdade que nos dois mandatos anteriores aquando da inauguração do Lido, nunca tivesse ali sido colocado em causa quem é que iniciou a obra.-----

Depois questionou se existe ou não uma redução de 10% das transferências para as Juntas de Freguesia.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal**

Sempre à Frente, retorquiu: “Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes começo por agradecer o seu pedido de esclarecimento. Da sua intervenção / pedido de esclarecimento resulta um ponto que é o incómodo que a capacidade de execução desta Câmara vos causa, porque de facto já ultrapassando a questão dos resultados eleitorais, não há maior prova da diferença entre a atual vereação e a anterior vereação, do que a capacidade de execução e isso sente-se na cidade. Essa dinâmica está muito presente, o investimento público está a aumentar, as obras estão no terreno, há inaugurações, esta vereação vai ao encontro das pessoas, responde às suas necessidades e esse incómodo que eu vejo registado tantas vezes nas suas intervenções, nas intervenções da Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, nas intervenções da Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, permitam-me que vos diga que contrasta com a nossa alegria. É um enorme prazer ver esses esgares de dor, essas caras tristes, essas caras arrependidas porque de facto deve de ser muito difícil estar aqui durante 8 anos e pouco ou nada realizar, e ver esta vereação chegar aqui e em 15 meses apresentar este excelente trabalho que tem feito.” --

- INTERVENÇÕES:-----

--- A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS, fez a seguinte intervenção: “Na primeira intervenção do Senhor deputado João Paulo Marques uma das coisas que me chamou a atenção foi haja memória, e realmente acho que era importante colocar aqui as questões da memória. E eu gostava de lembrar que, por exemplo, a diretiva que saiu para a ETAR tem a data de 1991, o PSD já estava no governo da Câmara em 1991 e esteve até 2013, portanto durante 22 anos o PSD esteve na Câmara do Funchal e nunca mexeu no projeto da ETAR, de tal maneira que 22 anos depois este incumprimento ia colocar uma dívida monumental a Portugal aplicada pela União Europeia. E agora eu pergunto, qual foi o incomodo do PSD? – Zero. Haja memória.-----
Segunda questão, desde os anos oitenta até 2013 foi sempre a mesma cor no poder, em



2013 saíram legitimamente da Câmara do Funchal e deixaram 109 milhões de euros de dívida, de tal maneira que havia um plano para não se poder contratar ninguém, ficamos abrangidos pelo PAEL por causa desta incompetência. Haja memória. -----

Terceira questão, 8 anos depois voltaram ao poder, receberam uma Câmara que em vez de 109 milhões de euros de dívida, tinha 26 milhões de euros de dívida. Chamar a isto falta de execução, falta de competência e ignorância. Haja memória”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT quer ver mais obras implementadas e um futuro risonho para aquela cidade e não obras no papel. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, uma vez que o Senhor Deputado João Paulo Marques não lhe respondeu, voltou a questionar se existe uma redução de 10% nas transferências para as Juntas de Freguesia. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que os mapas que são ali apresentados respondem ao normativo legal, estão feitos de acordo com a lei e da mesma forma que eram apresentados em anos anteriores. -----

Sobre a devolução de IRS, lembrou que em novembro fizeram um documento ao qual denominaram Estratégia Fiscal para o Funchal, já aprovado em reunião de Câmara, em sessão da Assembleia Municipal e é de conhecimento público. Repuseram em dois mil e vinte e dois, 2,5% de devolução de IRS, ao contrário do anterior executivo que em dois mil e vinte e um, o Município do Funchal ficou com a totalidade do IRS, e tal como afirmaram até dois mil e vinte e cinco irão devolver na íntegra os 5% do IRS. -----

Fazendo previsibilidade de investimento, é aquilo que o comércio, os investidores e também os jovens precisam, por isso com aquela Estratégia Fiscal querem atrair jovens para o concelho do Funchal. Logo, fizeram a isenção do IMT, do IMI, estão a privilegiar a recuperação urbanística para trazer mais pessoas a viver no Funchal, aumentaram de três

para oito anos a isenção do IMI para as pessoas que estão no concelho do Funchal e eliminaram a Derrama Municipal. -----

Para além da redução fiscal estão a fazer a renovação de frota, onde investiram dois milhões e meio de euros, também devolveram na integra toda a retribuição que os Bombeiros Sapadores tinham, fizeram a progressão de carreiras, estão a atualizar melhores condições salariais, reforçaram o apoio social em 40% e regulamentaram os apoios sociais.-----

Quanto às Juntas de Freguesia para que não fique qualquer dúvida, afirmou que aumentaram em 30% (2,2 milhões de euros), o valor de apoio às Juntas de Freguesia que é o que está no orçamento para dois mil e vinte e três. -----

Sobre o transporte gratuito das crianças, questionou o que é que o Governo Socialista da República fez na Madeira às viagens dos estudantes? Quem é que esteve a reduzir o valor dos passes sociais urbanos e interurbanos nesta Região? Quem é que passou os passes urbanos para trinta euros e os interurbanos para quarenta euros? Quem é que secou durante quase dois anos os membros e os funcionários dos Horários do Funchal, que foi necessário o Governo Regional uma intervenção para pagar os ordenados dos mesmos? Por isso, como é que ainda vêm reclamar por transportes e passes que são gratuitos até aos doze anos. -----

Por último, referiu que não só deixaram uma dívida de 26 milhões de euros na Câmara do Funchal, mas também muitas faturas por contabilizar, como por exemplo, na ARM, para juntar a esse vinte e seis milhões de euros, depararam-se com quarenta e cinco milhões de euros, o que já aumenta a dívida para setenta e um milhões de euros, fora o resto que estão a deparar em litígios. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, considera que a culpa sobre o valor dos transportes aéreos também é do Governo Regional da Madeira,

Am
R
LG.

porque foram mal negociados com o Governo da República. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, quis mostrar o seu repúdio relativamente às afirmações do Senhor Presidente da Câmara, pois cada vez mais continua a mentir aos funchalenses e a querer que as suas mentiras se tornem verdade. Porque dizer que não existiam regulamentos de apoios sociais é uma mentira completa, facilmente provada pela quantidade de regulamentos que foram aprovados na Assembleia Municipal nos anteriores mandatos, e que o atual executivo ainda os utiliza, pois quando ali chegaram em dois mil e treze os apoios eram dados a seu belo prazer. ---- Logo como o Senhor Presidente mente descaradamente relativamente àquilo, leva-a a crer que mente relativamente a qualquer coisa. -----

Relativamente à não redução de verbas para as Juntas de Freguesia, não é isso que dizem os documentos. -----

Sobre o garrote que diz ter sido feito nomeadamente à Freguesia do Monte, esclareceu que o entrave foi o não envio do relatório das auditorias feitas àquela Junta de Freguesia. -----

Depois disse que o Senhor Presidente da Câmara não tem moral para falar da dívida que foi deixada, porque a dívida que deixou em dois mil e treze foi nomeadamente por despesa corrente e não por investimento. -----

Sobre o que referiu sobre os transportes e o Governo da República, pergunto porque é que, por exemplo, não existem transportes públicos coletivos gratuitos para os estudantes universitários na Região Autónoma da Madeira?-----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

- **A Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, lembrou à Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano que na altura daquele acontecimento, dava o apoio jurídico ao executivo da altura e que era das pessoas que era responsável pela

articulação com as Juntas de Freguesia na negociação dos Acordos, e que não foi por falta de entrega de documentos, porque sempre cumpriu com essa entrega, mas porque a Vereação insistia que a Junta de Freguesia do Monte deveria de assumir a limpeza de um determinado percurso, que entendia e continua a entender que não deveria ser a Junta de Freguesia a arcar. -----

Felizmente por terem os registos do trabalho da Junta de Freguesia, foi naquela Assembleia Municipal que conseguiu reverter aquela situação, com o voto por unanimidade de todos os Deputados Municipais, porque verificaram que de facto o Executivo estava a cometer uma grande injustiça para com a Freguesia do Monte. -----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, após o exemplo dado pelo Senhor Presidente da Câmara sobre o estado que o anterior Executivo deixou os Bombeiros Sapadores do Funchal, questionou a Senhora Deputada Municipal Deputada Andreia Caetano, se se recordava como é que se encontravam as instalações e a cadeia de comando dos Bombeiros Municipais do Funchal, à data em dois mil e treze, quando o anterior Executivo iniciou funções no Município do Funchal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Três - a Proposta de Deliberação do Mapa de Desempenho Orçamental 2022, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09**, que foi **aprovado por maioria** com vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda quinze abstenções, sendo nove do PS, três do BE, uma do PAN, uma do PDR e uma do MPT. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Luís Miguel Moura de Sousa, da Coligação Funchal Sempre à Frente. -----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----



--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, lembrou que em boa hora os Bombeiros Sapadores do Funchal receberam a contribuição, mas que a formação também é exigida, e quando fazem propostas para a sua formação é no âmbito de melhorarem as suas funções.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou: “O grupo municipal do Partido Socialista abstém-se neste ponto do Orçamento Suplementar, por considerarmos que o mesmo podia ser diferente se se preocupassem com as pessoas, com a dignidade da população, com o seu bem-estar e não apenas dar a conta gotas alguns apoios e não terem devolvido a totalidade do IRS como defendiam aos munícipes do Funchal. Além disso, a questão da diminuição das transferências para as Juntas que está aqui plasmado no documento, é inadmissível, daí a nossa abstenção”.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Quatro - Deliberação da Minuta do Contrato-programa com a SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação, E.M., relativo ao ano de 2023, ao abrigo do disposto no nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto**, que foi dispensado de apresentação pelo Senhor Presidente da Câmara.

- INTERVENÇÃO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, comunicou: “Relativamente a este ponto gostava de referir que constatamos com pena que a situação no Funchal está a piorar. Aumentam as pessoas em situação de sem abrigo, assim como aumenta a insegurança, por isso é necessário reforçar as verbas em várias áreas. A realidade da cidade é esta apesar de toda a propaganda e da narrativa fictícia construída pelo PSD e pelo CDS, e indo destruindo paulatinamente as políticas sociais dos executivos anteriores, apesar das promessas de casa e de emprego que vão dando. Aumenta o número de pessoas em situação de sem-abrigo, aumenta o número de mulheres excluídas que estão na rua, aumenta a insegurança, aumenta a pobreza, mas a Câmara

Municipal do Funchal tem aquilo que antigamente o PSD e o CDS falavam, que é o lucro e que agora falam em saldo de gerência. -----

Então um saldo de gerência que antigamente era chamado de lucro de 20 milhões de euros, mais 8 que foram retirados para serem incluídos em aplicações financeiras, não são devolvidos à população em apoios sociais. E depois arranjam-se culpados para tudo, sem nunca se assumir a sua própria responsabilidade. O Partido Socialista concorda com este aumento para a SocioHabitaFunchal e reforça que esta tem um trabalho absolutamente impecável, de enorme qualidade e de apoio às populações dos bairros sociais, que efetivamente também nos bairros as pessoas estão a sentir imensas dificuldades, e todo o trabalho e toda a verba que puder ser redistribuída e as pessoas puderem ser apoiadas nesse trabalho, que o trabalho de qualidade que é feito na SocioHabitaFunchal é de valor. Portanto, nós iremos votar a favor.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o voto do MPT sobre a SocioHabitaFunchal é sempre a favor, porque as pessoas que vivem em bairros normalmente têm grandes dificuldades. Por isso, é sempre importante o reforço de meios financeiros para aquela empresa. Também não podem deixar de salvaguardar que o Senhor Presidente da Câmara, também faz inaugurações de pequenos remendos que são feitos em bairros, por exemplo o dos Viveiros, mas que os atos ficam para quem os pratica.-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, pediu à Senhora Vereadora Helena Leal que deixasse ali patente, o que é que aquele Executivo já fez durante aqueles quinze meses de mandato.-----

Quantos bairros já foram reabilitados? -----

Como é que estão ao nível das pequenas reparações?-----

O que é que foi feito para sensibilizar e para garantir a boa cobrança das rendas, até daquelas que estão em dívida, mas que depois acabam por ajudar as famílias e lhes dar mais literacia financeira? -----

Que condições terão os trabalhadores da SocioHabitaFunchal durante o corrente ano?

Quantos fogos estão programados para os próximos anos?-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, disse que quando era Vereadora tentou responder a todos os pedidos que lhe chegaram de qualquer partido. Relativamente à atual situação não sabe o que acontece com o PSD, mas sabe que o PS para obter uma resposta do Executivo camarário teve de recorrer aos tribunais. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** porque estão a falar de bairros sociais, da SocioHabitaFunchal e do apoio a famílias carenciadas, aproveitou para esclarecer aquilo que em pouco mais de um ano já fizeram: -----

“Vou começar pelo Apoio Social efetivamente prestado. Nós de 2021 para 2023 aumentamos quer no Investimento Social, quer na Educação 52%, mais 2,5 milhões de euros de apoio.-----

Só na área do **Investimento Social** nós fizemos mais 18% de apoio à Natalidade e à Família, fizemos mais 60% no PRESERVA na reabilitação de moradias, mais 33% no Subsídio Municipal de Arrendamento, mais 33% na Participação Municipal em Medicamentos, mais 62% na Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho, temos ainda pequenas de requalificação que aumentamos 127%, ou seja, no cômputo global nós demos mais 1,6 milhões de euros do que aquilo que era dado em 2021. -----

Quanto à parte da **Educação**, só no Apoio a Bolsas de Estudo ao Ensino Superior nós aumentamos 82% do valor que era dado em 2021. Nos Manuais Escolares do 1º e 2º ciclo,

aumentamos 3%, porque nós estamos a trabalhar complementando aquilo que outros organismos regionais já estão a fazer, e em vez dos manuais escolares já estão a introduzir os manuais digitais. Fizemos e melhoramos o equipamento básico das escolas em mais 67%, e há pouco ouvi a Senhora Ex-vereadora e Deputada Municipal a falar nas graves carências que existiam nos bairros e é verdade, nós quando chegamos encontramos, passados 8 anos, graves carências nos bairros sociais. E foram exatamente essas graves carências sociais que nos fizeram já em 2022 fazer um investimento de 2,1 milhões de euros, onde nós fizemos a requalificação do Bairro da Ribeira Grande que foram 600 mil euros, fizemos a requalificação do Palheiro Ferreiro 70 frações de 1,3 milhões de euros, o Bairro dos Viveiros 60 mil euros e outras pequenas obras de manutenção no interior das habitações em 200 mil euros. Portanto, só em 2022 fizemos 2,1 milhões de euros para melhorar o parque habitacional da SocioHabitaFunchal. Em 2023 nós temos já obras lançadas para reabilitação e para reconstrução, também de conforto e de eficiência energética mais 1,1 milhões de euros. No Bairro da Quinta Falcão temos 50 mil euros, o Bairro de Santo Amaro 4,1.133 mil euros, elevadores da Várzea 0,5 milhões 480 mil euros e outras pequenas obras de quase meio milhão de euros. Ainda estamos a ultimar projetos do 1º Direito que estavam todos parados, retomamos os projetos de arquitetura e de construção que já foram aprovados, alguns deles, pelo Governo Central e vamos iniciar muito rapidamente o programa que nos comprometemos a fazer de 202 novos fogos, num total de investimento de 28 milhões de euros, quer na Penha de França, quer na Quinta das Freiras, Bairro da Ponte, Nazaré e outro edifício que nós já estamos a finalizar a expropriação bem no centro do Funchal. Portanto, quanto a apoio social e a matéria de habitação, dá para perceber bem quem é que fez o investimento e quem é que o pôs em marcha.”-----

- INTERVENÇÃO:-----



--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que se as pessoas pagam renda têm de ter as obras eficazes dessa habitação. -----

Depois questionou o Senhor Presidente da Câmara se tem alguma solução para os casais jovens que não conseguem ter casa no Funchal para criar família. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Quatro - Deliberação da Minuta do Contrato-programa com a SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação, E.M., relativo ao ano de 2023, ao abrigo do disposto no nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto**, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Luís Miguel Moura de Sousa, da Coligação Funchal Sempre à Frente.

--- Depois passou para o **Ponto Cinco - Proposta de Deliberação - Designação da Nomeação do Fiscal Único da Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos Urbanos do Funchal, E.M., ao abrigo do disposto no nº 3 do art.º 26º da Lei 50/2012, de 31/08**, que também foi escusado de apresentação pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, perguntou se não há outros orçamentos de outras empresas, porque reparou que só há uma empresa para a Frente MarFunchal. -----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira Senhor** esclareceu o Senhor Deputado Valter Rodrigues que ao abrigo do art.º 35º foram consultadas várias empresas, daquela empresa surgiu o valor mais baixo e sendo ele compaginável com o limite máximo do ajuste direto, foi feito um ajuste direto com a mesma e que é a mesma do anterior

Executivo.-----

Assim, foi com muito gosto que disse que sempre com a mesma empresa e com os mesmos procedimentos, Empresa Municipal Frente MarFunchal passou de um resultado de cerca de seiscentos mil euros negativos, para um resultado positivo de cem mil euros no ano de dois mil e vinte e dois, tendo ajustado o seu quadro de pessoal sem ter chegado a tribunal em relação a essas mesmas pessoas, e tendo feito maior investimento nos complexos balneares. Logo a Câmara o que quer é que as empresas municipais tenham cada vez mais investimento e que de maneira nenhuma, façam qualquer tipo de lucro.-----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que a empresa está no bom caminho, porque é do conhecimento público um resultado positivo de cem mil euros, logo esperam que pague dividendos àquela autarquia.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Cinco - Proposta de Deliberação - Designação da Nomeação do Fiscal Único da Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos Urbanos do Funchal, E.M., ao abrigo do disposto no nº 3 do art.º 26º da Lei 50/2012, de 31/08**, que foi aprovado por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Ana Maria Sousa de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, Luís Miguel Moura de Sousa e Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues, da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

--- Sendo treze horas, os trabalhos foram interrompidos para o almoço.-----

--- Os trabalhos retomaram às catorze horas e quarenta minutos com a apreciação do **Ponto Seis - Proposta de Deliberação do Acordo de Transação entre o Município do**

*Am
P
L6.*

Funchal e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A., ao abrigo do disposto na al. c) do nº 1 do art.º 6º da Lei 8/2012, de 21/02, da al. c) do nº 1 e da al. k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09 e do art.º 164 do Decreto-Lei 4/2015, de 07/01, que não mereceu apresentação:-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS, interveio dizendo:

“Sobre este Acordo de Transação entre o Município do Funchal e a Empresa de Eletricidade da Madeira, queria questionar o facto de o acordo eventualmente não ter vindo antes, atendendo que ele foi celebrado em agosto e homologado em setembro, no entanto certamente haverá alguma explicação para isso não ter acontecido.-----

Relativamente ao acordo em si há uma questão que tem a ver com a divergência entre as receitas das taxas municipais dos direitos de passagem, e as despesas com a iluminação pública entre 2016 e 2020, que já tinha sido objeto de acordo e liquidação em 2021 tal como foram incluídos no orçamento do corrente ano, pelo que a nosso ver não fazia sentido voltar a constar neste acordo. Depois há a questão do perdão aos cerca de 9 milhões de euros em taxas municipais de direitos de passagem anteriores a 2006, ou seja, a Câmara acaba por reconhecer a prescrição não aguardando por uma decisão a faturas que eram anteriores a 2006, mas por outro lado aceita pagar alegadas dívidas de eletricidade da Câmara Municipal do Funchal à Empresa de Eletricidade da Madeira anteriores a 2000, ou seja, também da gestão do PSD. Não se compreende esta dualidade de critérios, porque se por um lado a Câmara reconhece a prescrição destas faturas no montante de 9 milhões de euros, porquê que também não exigiu que a Empresa de Eletricidade reconhecesse a prescrição de faturas que também eventualmente estariam prescritas, pelo menos no entendimento da Câmara Municipal do Funchal. Portanto, este perdão de dinheiros públicos sob a forma de um acordo de transação num tribunal arbitral, julgo que não devia de ter

acontecido e eventualmente pode não afastar uma infração financeira que pode estar aqui inerente.-----

O executivo não tinha, a nosso ver, legitimidade para decidir este perdão de taxas sem aguardar por uma sentença, e por uma decisão que se pronunciasse sobre o mérito dos processos em curso, e está a utilizar este acordo extrajudicial para, no nosso entendimento, lesar os cofres da Câmara Municipal do Funchal em 9 milhões de euros”. -----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente, questionou à Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano se o acordo feito no ano de dois mil era assim tão mau, porque é que foram feitos pagamentos desde o ano de dois mil e treze até o ano de dois mil e dezasseis.-----

--- A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS, esclareceu: “O acordo que foi feito no ano 2000 dizia respeito a faturas anteriores a essa data, como é óbvio, e, entretanto, existia um litígio em Tribunal relativamente a uma impugnação feita pela Empresa de Eletricidade da Madeira de faturas emitidas pela Câmara, e este acordo que agora é feito no Tribunal Arbitral junta esses dois processos. Por um lado, o acordo que tinha sido feito e que deixou de ser pago, porque a Câmara entendeu que as faturas relativas aos direitos de passagem e à iluminação pública tinha que haver um encontro de contas relativamente às mesmas, e o litígio da impugnação porque a Empresa de Eletricidade a dada altura impugnou faturas emitidas pela Câmara. E como o Senhor Deputado sabe o Tribunal Arbitral é equivalente a um Tribunal Judicial em que é proferida uma decisão e uma sentença, o mais natural seria aguardar por essa decisão e sentença, e se o Tribunal considerasse que existiam faturas prescritas de um lado ou de outro seria essa a decisão acatada, mas aquilo que se passa aqui, e é o que não concordamos, é que a Câmara reconheceu a prescrição das suas faturas, mas pagou faturas da Empresa de

Am
P
LG.

Eletricidade que também estariam prescritas.”-----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT não entende porque é a Câmara foi levada a pagar aquela dívida, por isso consideram que aquele acordo devia de ter sido melhor negociado, por exemplo, pela eficiência energética.

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** explanou o seguinte:-----

“Ponto nº 1 – o anterior executivo deixou uma profunda litigância na Câmara Municipal do Funchal. Foram mais de 40 milhões de euros na ARM escondidos e não contabilizados como dívida a fornecedores. São 9 milhões de euros na Empresa de Eletricidade da Madeira. São diversos milhares e milhões de euros em diversas entidades de todos os géneros. Um dos propósitos tem sido trabalhar na redução da litigância.-----

Ponto nº 2 – um Tribunal Arbitral tem um Juiz Presidente, que tem competências legislativas e de julgamento. Então este Tribunal Arbitral foi constituído por V. Exas em 15 de julho de 2021, não venha agora pôr em questão o um impulso que deram para que ele fosse constituído. Mas também é verdade que com o início de uma dívida de 9 milhões de euros, em que os advogados indicavam a probabilidade, que com tanto se basearam nas probabilidades de perda de uma parte da ação, e que com um acordo homologado também pelo Juiz Presidente do Tribunal Arbitral decidiu validar o acordo que foi feito.-----

Qual é a sua dúvida em ter sido pago, quando entre 2016 e 2020, V. Exas estiveram mais de 3 anos a pagar as dívidas que agora estão a pôr em questão, é que se não havia legitimidade para pagar não pagavam e até intentavam uma ação de impugnação, ou devolviam as faturas, mas nunca o fizeram e deixaram um tapete a acumular com rabos de palha e com faturas por colocar e em litigância permanente. Mas mais, o acordo a que agora se chegou, ou ainda antes um outro acordo também feito no anterior executivo em 13/05/2021, previa um encontro de contas entre a iluminação e o pagamento dos direitos

de passagem e cumpriram até agosto de 2021. Portanto, celebraram um contrato a 13/05/2021, pagaram até agosto e a partir de setembro houve um incumprimento. Ora, o que tínhamos perante este cenário, temos aqui o histórico da vossa retificação das faturas e dos pagamentos, então fique V. Exa a saber que a Câmara Municipal negociou, renegociou a dívida existente, durante 12 anos até 2034, sem pagar nenhum cêntimo de juro e se retroagir à data do protocolo, pagando apenas 28 mil euros por mês e desse o saldo a favor da Câmara, ele próprio é maior, ou seja, mesmo com o acordo a 18 anos ou 12 anos a partir da data que está firmado, sem juros, a verdade é que mesmo assim pagamos e ainda sobra crédito suficiente do encontro de contas que está legalmente homologado pelo Tribunal. E é com base nisto que a diferença entre olhar para as dívidas que V. Exas nos deixaram, enfrentá-las de frente, negociar em prol do Município, fica aqui a diferença da gestão.”-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, retorquiu que disse que o Tribunal Arbitral, assim como um Tribunal comum ou judicial, emite sentenças e profere decisões e inclusivamente homologa acordos extrajudiciais. E o que disse sobre aquele acordo que foi feito entre a Câmara Municipal do Funchal e a Empresa de Eletricidade da Madeira, no entendimento daquela bancada, é que lesa os funchalenses. Quanto ao perdão dos juros referiu que competia ao Tribunal Arbitral numa decisão, aferir que faturas eram devidas ou não eram devidas, se existiam prescrições ou não, logo o que colocou em causa foi o acordo e a legitimidade do Executivo para o celebrar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, voltou a referir que as dívidas têm de ser pagas e depois reclamar. -----
Sobre o prazo, deviam reduzi-lo, porque como é sem juros a Empresa de Eletricidade era menos lesada. -----



João
P
L.O.

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, questionou a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, porque é que durante estes três anos, a Vereação, a quem prestou aconselhamento jurídico, cumpriram aquele acordo e depois de fevereiro de dois mil e dezasseis os acordos já não eram para cumprir, e quem achasse diferente que fosse para Tribunal.-----

Por isso, vê com muito bons olhos aquele Acordo de Transação, não especialmente pelo seu conteúdo, mas porque ele representa um regresso da normalidade àquela Casa. Pois a normalidade das instituições públicas é que tenham palavra, que não criem litigâncias desnecessárias e artificiais, que cumpram com aquelas que são as suas obrigações e que não apenas chutem os problemas para Tribunal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, replicou que o que o Executivo tem dito sobre aquele Acordo não é verdadeiro, porque, e citando o documento em discussão, disse: “Em 13 de novembro de 2000, a EEM - Empresa de Eletricidade e o Município celebraram um Protocolo tendo por objeto a regularização de montantes em dívida pelo Município à EEM relativos ao fornecimento de energia elétrica e à prestação de serviços conexos, anteriores a 30 de setembro de 2000.” -----

Logo, aquela dívida foi feita anterior a setembro de dois mil, quando aquele Município era governado única e exclusivamente pelo PSD. Reconheceram que tinham criado uma dívida à EEM e que estavam preparados para a pagar durante trinta anos.-----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques disse que o Executivo do Dr. Paulo Cafôfo cumpriu o acordo durante três anos, porque na verdade, tal como os gatos quando nascem estão com os olhos fechados, o mesmo esteve com os olhos fechados das aldrabices, das dívidas e das incompetências, deixadas pelo Executivo do PSD. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, esclareceu o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques que o que mudou em dois mil e dezasseis,

foi que até esse ano existia a Associação Iluminação Pública da Madeira e havia um acordo tácito entre o Governo Regional da Madeira, a Empresa de Eletricidade e as Autarquias, naquilo que dizia respeito aos direitos de passagem à iluminação pública. Mas nesse referido ano houve uma alteração legislativa que permitiu que a EEM passasse a cobrar valores superiores à Câmara Municipal do Funchal pela iluminação pública municipal. Face a esse aumento a Câmara Municipal do Funchal viu-se obrigada a faturar os direitos de passagem que também eram devidos pela EEM, assim o litígio que existia em Tribunal na sequência daquele acordo, é porque a EEM ficando muito ressentida, impugnou as faturas emitidas pela Câmara Municipal do Funchal.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação do Acordo de Transação entre o Município do Funchal e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A., ao abrigo do disposto na al. c) do nº 1 do art.º 6º da Lei 8/2012, de 21/02, da al. c) do nº 1 e da al. k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09 e do art.º 164 do Decreto-Lei 4/2015, de 07/01**, à votação sendo **aprovado por maioria** com vinte e cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda doze votos contra, sendo nove votos do PS, três votos do BE e três abstenções, uma do PAN, uma do PDR e uma do MPT.-----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que aquele partido se absteve, porque acham que embora aquele acordo fosse o possível pela autarquia, julgam que foi pouco. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou: “O grupo municipal do Partido Socialista votou contra esta transação e este acordo celebrado entre a Câmara Municipal do Funchal e a EEM, porque consideramos que não devia de ter existido acordo e a Câmara deveria de ter aguardado pela decisão do Tribunal,



nomeadamente, naquilo que diz respeito à avaliação das faturas em causa e à prescrição das mesmas. Ao ter sido celebrado este acordo e ao ter sido reconhecida pela Câmara Municipal do Funchal a prescrição das faturas consideramos que isso lesiona os funchalenses, portanto o erário público.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia proclamou o **Ponto Sete - Deliberação sobre o Regulamento de Bolsas de Investigação do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.** -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** sobre aquele ponto alegou:-----

- Sendo sabido que as candidaturas não podem, e bem, proteger só jovens da Madeira. --

- Sendo sabido que as bolsas nem sequer obrigam às pessoas o período de permanência na Madeira, ajudando ao seu desenvolvimento.-----

- Sendo sabido, que o projeto IDEIA, que também está diretamente relacionado com os eGames Lab, deixou de contar com a pareceria da Universidade da Madeira, ficando só associações constituídas no próprio dia todas pelas mesmas pessoas dos eGames Lab.--
Como é que vai o Senhor Presidente da Câmara garantir o investimento profissional na população do Funchal, tal como prometeu na Assembleia Municipal de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

--- **A Senhora Vice-presidente** esclareceu: “O eGames Lab é um projeto cofinanciado pelo PRR, foi o segundo a nível nacional, é um consórcio com diversas entidades e nem perto nem longe, tem nada a ver com o IDEIA que será abordado no ponto 10.-----

No que diz respeito a este ponto, as bolsas para os bolseiros, há uma entidade nacional que legisla, regula, acredita e controla as bolsas de investigação científica que é a Fundação para a Ciência e Tecnologia. Houve o cuidado de o atual executivo trazer o

próprio regulamento, que hoje está aqui em apreciação e discussão, prévio com a aprovação da Fundação que pediu diversas alterações, e agora, esta é a versão em que está totalmente aprovado o Regulamento do Bolseiro de Investigação Científica do Município do Funchal. No documento que têm, o Município do Funchal é competente para emitir em relação aos seus bolseiros, todos os documentos comprovativos e que constam do processo de acreditação. As declarações do Senhor Presidente da Câmara, eu reitero, obviamente que é uma forma de reter e manter os nossos jovens e quadros qualificados no Funchal, dando-lhes oportunidade de investigação científica na área das indústrias criativas, robótica e tecnologias. Mas também, e isso nunca foi deixado de dizer pelo atual executivo e em primeiro lugar pelo Senhor Presidente, é uma forma de termos know-how e de evoluirmos. Temos também de ter pessoas de fora, dentro das regras estipuladas de qualquer não discriminação que é o FCT SIG, para que venham trabalhar com os nossos jovens e em conjunto exista um acréscimo de valências, de sinergias e importação de know-how para que todos em conjunto, os que vêm de fora para cá e aqueles que podem evoluir aqui dentro, se mantenham perfeitamente conciliados. E o que estamos a falar, e reitero que o projeto eGames Lab é 100% a fundo perdido e as bolsas de 26 investigadores são totalmente pagas pelo PRR, quer os investimentos correntes, quer a admissão de 5 funcionários, quer os bolseiros, quer os orientadores dos estágios dos bolseiros, quer toda a estrutura do consórcio que é internacional, desde Singapura, Nova Zelândia e a Câmara Municipal do Funchal conseguiu ficar neste consórcio, que tão só ou tão pouco, é o segundo consórcio que ficou pontuado como o melhor projeto a nível nacional.” -----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, disse: "Efetivamente estas coisas estão relacionadas. As bolsas de investigação, está escrito na introdução e na nota justificativa que estão diretamente ligadas com os eGames

Am
O
L6.

Lab, está também lá escrito que sabemos que o projeto do Matadouro está financiado com verbas para o eGames Lab, depois o projeto IDEIA está também diretamente relacionado com os eGames Lab, assim como as bitcoins estão também relacionadas com os blockchain. Portanto, efetivamente estas coisas estão relacionadas, não nos venham passar um atestado de incompetência ou de ignorância e assumam aquilo que estão a fazer em vez de esconderem.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Sete - Deliberação sobre o Regulamento de Bolsas de Investigação do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação que mereceu **aprovação por maioria** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, um voto do PAN e um voto do PDR. Mereceu ainda três votos contra do BE e uma abstenção do MPT.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal **Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que do ponto de vista do MPT, apesar de aquele ser um contrato que vai trazer mais pessoas qualificadas à Região, não traz as condições necessárias para aquela bolsa ser ali aprovada.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** para apresentar o **Ponto Oito - Plano Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que explanou: “O nosso Plano Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, foi aprovado a 9 de fevereiro de 2023 em reunião de Câmara saliento, também, que este Conselho foi instalado a 31 de janeiro de 2023, com a posse dos Conselheiros Municipais internos e externos, ou seja, na modalidade mais restrita do Conselho Municipal e com a introdução da nova figura de Conselheiro Honorário, que

decorrerá do novo Regulamento do Conselho Municipal que irá ser hoje submetido a esta Assembleia Municipal, e que após a primeira reunião do Conselho, será empossado. Devo dizer que é com honra e grande sentido de responsabilidade, que irei assumir esta função que me foi delegada pelo Senhor Presidente da Câmara, enquanto Presidente deste Conselho Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação.-----

O Plano Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação é um documento estratégico do nosso executivo para o Município do Funchal, é orientador da nossa ação nesta matéria de Igualdade de Género e Não Discriminação e é um documento que se quer que seja dinâmico, delegando no Conselho Municipal, que é um órgão aberto e constituído por vários organismos, e aquando da revisão do Regulamento estará ainda mais abrangente, toda a operacionalização da nossa visão estratégica nesta matéria. Por tudo isso trazemos hoje a esta Assembleia Municipal, o Regulamento para aprovação do Conselho Municipal, tendo sido o anterior revogado, que reporta a 2015. Um Regulamento que fará com que este Conselho possa contar com mais membros, possa estar definido de uma forma mais clara, menos omissa no que toca a alguns procedimentos e ainda alargar a constituição do Conselho Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, à participação de entidades governamentais, não se encerrando no Município, que é este o nosso objetivo. Esta é uma matéria de responsabilidade que se tem que olhar de uma forma com algum cuidado e algum respeito não partidarizante. Também esta alteração de Regulamento irá clarificar a composição do Conselho no que toca à modalidade restrita que tem a ver com os Conselheiros interno / externo, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros e o Protocolo entre a Câmara Municipal do Funchal e o CIG, de onde houve recomendação da necessidade de enquadramento jurídico destes mesmos Conselhos, ou seja, da modalidade restrita. Este Conselho passará a contar com um membro honorário e a pessoa que convidamos foi a D. Guida Vieira, pelo seu percurso e pela sua dedicação a

Am
P
LG.

esta causa, não temos todos que pensar da mesma forma, mas temos que trazer ao presente e valorizar aquilo que foi feito no passado. Portanto, foi uma pessoa que trilhou caminho, podemos não estar todos alinhados, mas nesta matéria olhamos para esta causa da Igualdade num seu todo, com respeito, com cuidado e nunca partidarizando esta causa. O nosso executivo aposta numa política de proximidade, respeitando a diferença e a autodeterminação de cada um, onde para nós todos são importantes na construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Uma cidade onde todos são precisos e todos têm, para nós, sempre o seu lugar. Esta é uma causa que não é, nem nunca poderá ser partidarizada, é uma causa que nos toca a todos e por isso, este Plano Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, será um instrumento de relevância no nosso Município e para implementarmos no terreno aquilo que já fazemos até agora. Portanto, não será um documento que irá ditar a nossa ação porque de facto quem acompanha aquilo que se tem feito, o desenho das nossas políticas municipais, a forma como olhamos para as necessidades dos nossos munícipes de uma forma próxima e atentos às reais necessidades das pessoas, percebe que de facto este Plano já está em ação há algum tempo. Tem uma tónica acentuada na eliminação de estereótipos, combate todas as formas de discriminação e violência e quando de todas as formas, não tem só a ver com a igualdade de género ou a discriminação associada ao género, mas até outros tipos de violência que poderão não ser estatisticamente tão relevantes, mas que todos nós deveremos e teremos de ter uma atenção especial. -----

Este Plano segue-se por *guidelines* que estão disponíveis quer a nível regional, nacional e internacional nesta matéria de igualdade de género, e no fundo aquilo que queremos é que a cidade do Funchal seja uma cidade inclusiva onde, para nós, todos são precisos e todos terão sempre o seu lugar. -----

Em termos de enquadramento queremos que este Plano, entre outras questões, defina

ações com objetivos concretos e exequíveis, colaborar para uma cultura de direitos humanos, mas acima de tudo apostar na prevenção e no combate à eliminação de todas as formas de violência e discriminação. Promovendo, no fundo, uma sociedade mais inclusiva, mais igualitária e uma sociedade alicerçada numa lógica de coresponsabilização e de partilha das boas práticas, um trabalho em rede onde todos são precisos e onde teremos sempre as nossas portas abertas a todos aqueles que nos quiserem acrescentar nesta matéria e não só.-----

O Plano Municipal encontra-se alinhado, também, com a estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, Portugal Mais, assim como com outras linhas e outras recomendações europeias internacionais, das quais destacamos a Agenda 2030 – Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica de Istambul, Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens, Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género 2018/2023, Estratégia da União Europeia alinhado também com orientações previstas no 13º Conselho de Governo da Região Autónoma da Madeira e com o PRICA.-----

É um instrumento de política global que vai determinar um pouco a nossa estratégia, é um instrumento orientador, estratégico em que aquilo que será a nossa ação não se irá resumir a este documento. Como disse, para nós é importante, daí o Regulamento também prever o alargamento dos Conselheiros Municipais a entidades governamentais, abrangendo e criando uma proximidade a outras entidades da Região com competência na matéria, para conseguirmos de uma forma em sinergia encontrarmos aquilo que se quer, que é uma cidade mais igualitária, que acolhe e que não discrimina.-----

Como objetivo temos um diagnóstico local, o último que tínhamos reportava a 2015 feito pela UMAR e neste momento é uma das associações que colabora com o nosso Município



no âmbito do Apoio ao Associativismo. A UMAR, está a delinear um estudo que irá avaliar outras variáveis, que para o nosso Município acaba por ser uma análise global e social que vai buscar um pouco as dinâmicas das crianças, jovens, fatores de risco, proteção e dinâmicas familiares que são importantes até para percebermos alguns fenómenos sociais que acontecem e que depois despoletam em situações mais gravosas, e que o nosso Município quer estar atento e ter aqui bases para sustentar a nossa ação. Contribuir para o desenvolvimento de uma política de direitos humanos, prevenir, combater e eliminar a discriminação a vários níveis, prevenir e combater a violência contra as mulheres e todos os tipos de violência, fomentar uma maior participação de todos os homens na esfera familiar, prevenir e corrigir desvantagens, promover uma maior participação política cívica das mulheres na nossa sociedade e neste caso o nosso Município prima por dar o exemplo nesta matéria. Tudo isto através de ações concretas e com objetivos estratégicos desenhados para o nosso Município, ou seja, para a nossa realidade. Pretende-se que seja o resultado da conjugação de diferentes ideias e contribuições, uma vez mais colocando no Conselho Municipal a operacionalização destes nossos objetivos que assenta em três grandes eixos: promover a igualdade de oportunidades, promover a cidadania ativa e inclusiva, erradicar a violência de género, promover a igualdade e não discriminação. -----

O plano de ação foi concebido como um instrumento de apoio à implementação de políticas nesta área, é um instrumento dinâmico que a qualquer momento poderá sofrer algum tipo de alteração ou a incorporação de algum tipo de objetivo considerado por nós necessário, porque isto tem muito a ver com a realidade social e com tudo aquilo que nós vamos percebendo e o nosso executivo tem uma política de grande proximidade, não só na área A, B ou C, mas transversal a todos os setores por forma a nós percebermos quais são as reais necessidades dos nossos munícipes, e termos uma visão e mecanismos para sermos o mais contingentes possíveis com estas necessidades. É transversal a todo o plano o ciclo

vital e no fundo tem todos aqueles objetivos que vos disse. -----

Como vos disse estaremos disponíveis para integrar todos os contributos que a nossa sociedade possa ter e que nos queira acrescentar, nesta matéria e não só, porque aquilo que se quer e por intermédio dos nossos Conselheiros Municipais que representam uma franja significativa na nossa população, tudo aquilo que possa acrescentar à nossa cidade. Deixar uma última mensagem que acho que é importante, que se tenha uma visão de equilíbrio, que se trate esta matéria com bom senso, porque os exageros na defesa de determinadas causas não só não as defendem, como também poderão constituir uma nova forma de discriminação. Por isso, é muito importante olhar para as causas com respeito e com bom senso.” -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, expôs: “Quando em 24 de agosto de 2022 nós fomos contactadas para enviar propostas para o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, respondemos perguntando qual tinha sido a avaliação do anterior Plano Municipal para podermos colaborar, e verificar em que áreas é que era melhor reforçarmos o nosso trabalho e fazer as nossas propostas. Mais ou menos um mês depois responderam-nos dizendo que não possuíam informação nenhuma, acrescentando que tiveram de começar tudo de raiz. Foi algo que consideramos bastante estranho, porque uma das coisas que tivemos sempre em consideração, foi colocar e disponibilizar de uma forma transparente todo o trabalho no site do Município. Tínhamos todos os planos, as ações de formação, as reuniões do Conselho Municipal da Igualdade, tínhamos as atas do Conselho, por isso achamos muito estranho. Nós voltamos a responder e voltaram a nos dizer que não havia nada, então em janeiro de 2023 recebemos o convite para a constituição do Conselho Municipal da Igualdade e, na altura, nem sequer podemos assistir, porque o horário impediu a presença. Esta foi uma

questão que nós fomos sempre alertadas no Conselho Municipal da igualdade por diferentes entidades, pedindo-nos que todas as atividades que acontecessem estivessem mais próximas do horário de saída de quem trabalha. Como não nos parecia que as propostas avulsas de cada uma das entidades fossem uma mais-valia, num plano que se pretende que reflita um trabalho coordenado e a remar para o mesmo lado de todas as entidades do território, nós optamos por não enviar nada e aguardar pelo resultado final. Verificamos agora que não fomos as únicas pessoas com esta postura, porque verificamos que o PSD, o CDS, o PCP, o BE e o PDR, procederam de igual forma, ou seja, também não entregaram os seus contributos. -----

Feita esta cronologia, sobre o assunto em debate, em primeiro lugar gosto sempre de referir que apreciamos sempre a elaboração de um documento deste género, porque ele é mesmo muito importante, tal como a Senhora Vereadora o afirmou. As intenções também são importantes. Em segundo lugar, se as intenções são importantes, elas não chegam e podem até, muitas vezes, diminuir e matar as boas intenções. -----

De forma construtiva vou colocar 7 questões que também são comentários. -----

Ponto 1 - Onde é que está o diagnóstico do Funchal?-----

Porque na página 9, referem que este Plano *foi desenhado a partir do diagnóstico sistémico, interpretativo, participativo e prospetivo da Igualdade de Género, feito à medida e contemplando as necessidades e prioridades da nossa sociedade: educação, saúde, emprego e cidadania.* -----

Quais são as conclusões deste diagnóstico?-----

Onde é que nós podemos consultar o diagnóstico, uma vez que nos é afirmado que ele serviu de base para a construção deste Plano? -----

Ponto 2 – Se, tal como afirmam na página 9, as necessidades e as prioridades da nossa sociedade são a educação, a saúde, o emprego e a cidadania, por que razão é que os eixos

definidos nos anexos 1 e 2, não têm a mesma designação, nem englobam todas essas prioridades.-----

Ponto 3 – Verificamos que várias entidades enviaram as suas propostas, mas elas aparecem todas soltas e desgarradas. São quase que planos de atividades de cada uma das entidades, tal como o grupo municipal do Partido Socialista estava com receio que acontecesse e aconteceu.-----

Como é que se cruzam estas diversas propostas, todas elas muito válidas e em âmbitos diversos e todas elas versando as temáticas da igualdade e da não discriminação, com as necessidades apuradas no diagnóstico da igualdade de género do Funchal, que é citado na página 9 e com o trabalho que o Município se propõe coordenar em colaboração com elas. Parece uma manta de retalhos sem fio condutor ou coerência, porque efetivamente no plano isso não se nota.-----

Ponto 4 – Do Protocolo com a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, que também é mencionado no Plano Municipal para a Igualdade, é obrigatória a criação da equipa para a Igualdade na Vida Local.-----

Por que razão é que não há referência à equipa para a Igualdade na Vida Local, neste documento?-----

Verifica-se ainda que apostam, e muito bem, na vertente interna dos recursos humanos da Câmara Municipal do Funchal. Ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara há pouco disse, houve muita formação, incluindo formação na área da Igualdade de Género e as primeira etapas que foram tidas em conta nesta área, foi trabalhar com o pessoal interno da Câmara, principalmente os que estavam no *front office* e que trabalhavam com gente de todos os ramos, de todas as estruturas, de todos os escalões e de todos os níveis sociais. Como é que se cruzam os eixos que a Câmara Municipal do Funchal escolheu com os diversos departamentos da Câmara?-----



Quais são os departamentos que elegeram como alvo desse trabalho transversal?-----

Ponto 6 – Verificamos que tiveram alguma preocupação com a linguagem inclusiva, mas essa não é uma constante ao longo do documento, tão depressa ela é usada como não é usada. A Senhora Vereadora na sua apresentação mencionou uma serie de legislação nacional e internacional, para além de outros acordos internacionais que temos de respeitar e inclusivamente a Agenda 20/30, tem essa questão dentro da área da Igualdade. Nós verificamos que este documento às vezes usa, outras vezes não usa a linguagem inclusiva. Por exemplo, quando menciona o Conselho Municipal da Igualdade só pretendem que haja homens dos partidos e nas entidades que convidam, é sempre um representante, nunca é um ou uma.-----

Faço um comentário final em que eu sugeria uma leitura mais atenta deste documento, principalmente para fazerem uma revisão da correção sintática do documento.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, manifestou: “Este Plano Municipal de Igualdade de Género e não Discriminação é uma solução, em que o seu Conselho é composto por várias entidades e organizações que foram chamadas para integrar este Conselho Municipal, e neste sentido a nível de propostas e de medidas que depois possam vir a incluir-se no regulamento. Também gostaria de salientar que este Plano vai de encontro com as metas da estratégia nacional para a Igualdade de Género e Não Discriminação, portanto é mais do que coerente. Para além disso, existe também outro enquadramento do ponto de vista da legislação, tanto no contexto europeu como no contexto nacional, porque está de acordo com os objetivos da Convenção do Conselho da Europa para a Igualdade de Género e Não Discriminação, para a prevenção também da violência doméstica e para além disso também os objetivos do desenvolvimento sustentável. Portanto, os principais objetivos que nós vemos aqui, salientamos os primeiro s três, a nível do facto de contribuir para o

desenvolvimento da não discriminação e não violência, que são os pontos cruciais a serem implementados do ponto de vista da nossa sociedade e as medidas concretas passam por diferentes ações. Também passa pelo objetivo da prevenção que é um fator bastante importante, prevenção e combate da violência doméstica e de género e, para além disso, a prevenção e o combate da não discriminação em vários fatores. Assim, no ponto da não discriminação nós vimos que existem várias formas que podem vir a ser a nível de etnias, de condições sociais, da condição racial. Existem vários pontos que no futuro podem ser aprofundados dentro do próprio objetivo do regulamento e que está escrito no próprio regulamento, que é pioneiro do Conselho Municipal de Igualdade de Género e Não Discriminação, que é contribuir para aprofundar a política governativa municipal e avaliar a integração nestas matérias, portanto aprofundar esta política pode ser em diferentes ramos. Penso que também dentro dos objetivos do desenvolvimento sustentável existem alguns que possam vir a ser aprofundados como a erradicação da pobreza, o combate à fome. --- De acordo com o CIG cerca de 1370 pessoas já foram vítimas de violência doméstica, das quais 101,5% são mulheres, 47,3% homens e 1,6% crianças, isto são factos de abril a junho de 2022 e vieram a aumentar do ponto de vista nacional, tendo em conta o valor 1098 pessoas em 2021. Temos como base de dados da Direção Regional de Estatística que a nível da região Autónoma da Madeira este facto tem vindo a diminuir. Gostaria de verificar junto da Vereação quais são os números que temos do ponto de vista do Município, para também ser feito este acompanhamento e monitorização, tendo em conta que este Plano também possa introduzir dentro do seu percurso de avaliação e do estado atual da sociedade estes números, e ver de que forma estes fatores vão evoluindo ao longo do tempo. Também existe a nível de dados cerca de 3968 pessoas em teleassistência, portanto são números que já passa por um serviço de apoio, que, se calhar, também são meios de conseguir de certa forma combater esta situação e depois seguir para uma

monitorização dentro de uma cadeia de acompanhamento das vítimas de violência doméstica. Existem outros fatores para além da violência doméstica, como o bullying. Existe um Observatório Nacional de bullying, que já registou cerca de 82 ocorrências em 2021. Existem vários factos que possam vir a ser incorporados e que tenham em conta o estado atual dos municípios e do que nós vemos na sociedade atualmente. Para além destes factos vemos que é um objetivo em comum de construirmos uma sociedade que seja justa, digna, que passe pelo princípio da igualdade e neste sentido o trabalho é feito junto das pessoas. Penso que em primeiro lugar passa por efetuarmos o diagnóstico e o ponto de situação, e a partir de aí a implementação deste Plano ser fulcral para um bem-estar e uma boa qualidade de vida de todos os cidadãos do Funchal.”-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** prestou um esclarecimento adicional sobre o diagnóstico social que será feito: “Será feito um diagnóstico social, contudo, para criarmos as *guide lines*, a nossa visão estratégica e linhas orientadoras do Plano, que à posteriori serão operacionalizadas em matéria mais específica para conseguirmos colocar em prática, essa operacionalização estará alocada no Conselho Municipal com pessoas de competência, com experiência na matéria e que conosco irão contribuir para conseguirmos colocar em prática esta nossa visão estratégica. Contudo, delineamos esta linha estratégica do nosso Plano com base numa avaliação, não só da realidade dos nossos serviços sociais que vão apurando, como também uma avaliação concertada e em parceria com as entidades governativas com quem temos este contacto de proximidade, e com competência na matéria incluindo também associações que trabalham esta matéria de Igualdade e Não Discriminação.”-----

A Equipa de Igualdade na Vida Local está a ser constituída seguindo os trâmites aconselhado pelo nosso serviço jurídico.-----

Lamento profundamente que de facto esta matéria e esta temática continue a ser olhada e

interpretada de uma forma rígida, literal que não é assim. Assim não chegamos a lado nenhum. De qualquer forma estaremos sempre disponíveis, com as portas abertas para integrar todos os contributos que nos possam acrescentar, quem não nos quiser acrescentar não vale a pena se aproximar.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, disse que apesar de estarem a favor daquele Plano Municipal, a explanação da Senhora Vereadora suscitaram-lhes dúvidas e algumas preocupações do ponto de vista da execução, porque têm receio que não passe para a prática o que têm no papel, pois têm o exemplo de na parte da manhã aquando da Proposta de Recomendação – Adoção do uso de uma linguagem inclusiva em toda a sua comunicação institucional, interna e externa, apresentada pelo PS, em que de certa forma fala em temáticas que acabam por se encontrar na parte de execução daquele Plano, e que, embora digam que executivo está aberto a todas as sugestões, perderam a oportunidade quando não aprovaram aquela proposta. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** voltou a referir que é importante que não aquele assunto não seja interpretado e visto de uma forma rígida. Estarão recetivos a receber todo o tipo de colaboração e aquilo que depois de analisado tenha encaixe e coerência. Porque é preciso terem cuidado naquela matéria, pois não vale a pena terem uma linguagem inclusiva em que leve o triplo do tempo nas apresentações e depois trate mal os funcionários, ou tenha uma postura desadequada. De qualquer forma, apesar de terem a sua visão, a sua forma de olhar aquela matéria, é importante que consigam ajustar e encontrar consensos e que está convicta de que irão conseguir. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, contestou que apesar de saberem e concordar inteiramente que o documento como qualquer outro documento daquele género, deve de ser um documento aberto, o que está



ali à votação é o texto que está na página nove, que diz que existe um diagnóstico que serviu para construir aquele instrumento, e agora dizem que afinal o vão construir, por isso se querem alterar um documento ele tem de voltar ali novamente. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, transmitiu:

“O PAN considera que esta não é uma questão de só menor importância pois a falta da inclusão da mulher em processos decisórios, é acima de tudo uma questão de poder. Muitos de nós somos os privilegiados pois nascemos na Europa Ocidental, e nesse sentido é preciso reconhecer que se olhássemos para o lado vemos muitas desigualdades naqueles que eram do género feminino. E realmente estas desigualdades, há aqueles que as vivem e que tinham conhecimento delas naturalmente que os compeliam a lutar contra as mesmas. A desigualdade de género e a misoginia estão para o século XXI assim como a escravidão e o colonialismo, eram uma mancha nos séculos anteriores e deviam-nos envergonhar a todos neste nosso século. A desigualdade não é apenas inaceitável, mas é sim uma falta de inteligência. Acreditamos plenamente que a participação igual das mulheres é vital para a estabilidade e ajuda a evitar conflitos e promove o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A igualdade de género é o pré-requisito para um mundo melhor. Permitam-me lembrar jovens mulheres da atualidade como Malala Yousafzai, Nadia Murad, Greta Thunberg, que estão a quebrar barreiras e a criar novos modelos de liderança. Perante tudo isto, objetivamente subscrevemos a ideia e o que foi apresentado pela Senhora Vereadora, pois consideramos fundamental que também o Funchal combata a desigualdade e a misoginia. Permitam-me também, hoje de manhã perante a proposta do Partido Socialista houve alguns comentários que, se calhar, podiam ser revistos, pois os mesmos faziam a apologia e davam a ideia de que a desigualdade não é assim tão má, mas é, cria realmente situações de injustiça que são intoleráveis no século XXI. E devemos olhar para estas questões, como questões civilizacionais e não como questões de *eu* ou *tu*,

temos de passar ao *nós*, temos que passar a uma sociedade que inclua todos e não exclua ninguém.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Oito - Plano Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por maioria** com trinta votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. Mereceu ainda oito abstenções do PS.-----

--- Não esteve presente nesta votação o deputado municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que o MPT sabe que todos os dias têm de melhorar e começar por algo, logo aquele Plano é um começo para trabalharem num sentido de igualdade para todos, que é o que importa para o concelho do Funchal.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, declarou: “O Partido Socialista absteve-se na votação deste terceiro Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, porque este documento afirma que existe um diagnóstico do território quando afinal a vereação acabou por nos dizer que esse diagnóstico não existe, e não esteve na base da construção das opções deste Plano. Absteve-se igualmente, por haver falta de coerência entre os itens essenciais que mencionam que orientaram o diagnóstico e os eixos escolhidos para trabalhar na cidade. Por outro lado, o Plano não coordena o trabalho a desenvolver por todas as entidades que compõem o Conselho Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação, sendo o Plano de ação uma manta de retalhos sem fio condutor nem coerência transversal. Neste


L.G.

caso o sentido de voto da abstenção permite que as intenções do Plano se concretizem sem as inviabilizar." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Nove - Proposta de Deliberação do Projeto Final de Regulamento do Conselho Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que também foi dispensado de apresentação pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, expôs: "Nós gostávamos de dizer que concordamos com a generalidade do documento, mas alertamos para o facto de ele, no que diz respeito à linguagem inclusiva, já é incoerente com o Plano Municipal que acabamos de aprovar. Estas questões da coerência, não são questões rígidas, são questões que mostram uma ação transversal, intencional e bem-feita. Mesmo a bibliografia que é mencionada no Plano Municipal para a Igualdade, recomenda também uma serie de leituras no âmbito da linguagem inclusiva. No entanto, há coisas que nós queríamos chamar a atenção, porque o Conselho Municipal para a Igualdade pressupõe um trabalho e pressupõe cativar todas as entidades que trabalham no território e nós vemos a composição do Conselho, que é muito ampla, e o que se pretende é que todos possam participar neste trabalho dentro do nosso território, por isso é que trabalhar em conjunto e em equipa é muito enriquecedor e acaba por ampliar de uma forma potencial os recursos que nós temos. -----

Eu gostava de chamar a atenção que se se pretende a participação, se se pretende que estes órgãos sejam rápidos, que não criem problemas na participação. Assim, estejam atentos ao teor dos artigos 12º e 14º.-----

O artigo 12º, diz que se alguém quiser fazer uma proposta tem que a enviar 15 dias antes

a reunião, para depois poder ser inserida na ordem de trabalhos. Ora, nós sabemos que as pessoas que estão nestas associações e nestas entidades, fazem-no muitas vezes para além da sua situação profissional e do seu trabalho e se há uma entidade que só tem aquele tipo de preocupação, há outras entidades que têm o seu trabalho e em complemento fazem este trabalho na área da Igualdade sempre a título gratuito, e, portanto, às vezes é difícil conseguirem ter tempo de mandar com 15 dias de antecedência uma proposta, por isso isto acaba por inviabilizar bastante a participação. -----

O artigo 14º também menciona uma coisa do género, nós sabemos que as pessoas têm outras obrigações familiares e outras profissões para além daquela que desempenham pro bono para estas associações no terreno, e o artigo diz que se não houver quórum não se realiza a reunião e convoca-se para outro dia. Ora, isto é burocratizar e não é uma medida que fomente a participação e que ajude as pessoas a trabalharem em conjunto e a sentirem que o Conselho Municipal para Igualdade de Género e Não Discriminação, é um órgão importante e que conta com os talentos de todas as entidades que estão no território.”-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** disse que o artigo 13º responde àquilo que a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes ali expôs, pois refere-se a um período antes da ordem do dia, que permite a oportunidade de quem não conseguir enviar atempadamente.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Nove - Proposta de Deliberação do Projeto Final de Regulamento do Conselho Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que foi **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Pedro José



Jardim Gomes e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, declarou: “O Partido Socialista votou favoravelmente a Constituição e o Regulamento do Conselho Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação, apesar do artigo 14º acabar por dificultar a participação das várias entidades nas reuniões do mesmo.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Dez - Proposta de Retificação – Associação sem Fins Lucrativos “IDEA – Instituto para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica”**, ao abrigo do disposto na al. n) do nº 1 e da al. k) do nº 2 do art.º 25º da lei 75/2013, de 12/09, explanou: “Vou retomar uma explicação que já foi feita e que consta das atas, que o CCIF - Centro Cultural e de Investigação do Funchal cerca de 20% é para projetos tecnológicos, digitais, robótica, indústrias criativas e 80% é para o centro cultural. Nestes 20% existe um projeto eGames Lab instalado e que fica no piso 0, nada tem a ver com eGames Lab este IDEIA, instituto que aqui se põe, que aliás funcionará no piso superior e, portanto, até fisicamente bem distanciada do projeto eGames Lab e não tem acesso nem ao espaço físico, nem aos elementos de um ou de outro. Não há elementos humanos comuns, não há projetos comuns, não há nada comum.-----

No âmbito do IDEIA há uns estatutos em que podíamos ter entrado com outros parceiros e não entramos, porque há 4 associados fundadores, e só estes é que têm o crivo fundador, que são: Câmara Municipal do Funchal, a ENERLAB - Electrical Energy Systems Laboratory Associação), a RMODIS (Association for Research on the Modernization of Industry and Services) e a DHWAL (Digitising Health, Wellbeing and Active Living - Associação), todas entidades certificadas como investigação e tecnologia.-----

Tal como se refere aqui o artigo 27º, nº 2, há uma quota anual de 2 mil euros para fazer face ao manuseamento de despesas correntes, e a Câmara Municipal do Funchal entrará com uma quota em espécie, tal como consignada no artigo 27º, e por isso aloca um espaço de cerca de 20m² para que este Instituto IDEIA se implemente nesse espaço, inclusive pedimos o visto e autorização ao Tribunal de Contas que referiu que não ia pronunciar-se quanto ao pedido que fazíamos, uma vez que não havia nenhum custo decorrente para a autarquia. -----

Embora não tivéssemos de trazer este processo à Assembleia, fizemo-lo porque convinha para não sermos negligentes, porque já efetuou uma candidatura internacional de 2 milhões e meio de euros em nome do IDEA Portugal, se este consórcio ganhar, é representado única e exclusivamente através da Câmara Municipal do Funchal, num projeto que se intitula Digital Skills. Também informo que para além desta candidatura, que já deu entrada, estão a serem preparadas diversas candidaturas todas no âmbito Horizonte Europa, para ingressar em novos projetos. Mas porque há diversas candidaturas a decorrer no momento e a valência da tecnologia deste instituto traz um valor acrescentado, o que nós estamos a fazer neste momento, é nos juntarmos a candidaturas já existentes através de um mecanismo também consagrado na Comissão Europeia, e que se conseguirmos aderir a projetos já em curso com o crivo da Comissão Europeia, a Câmara Municipal do Funchal, mesmo nestes, torna-se um parceiro institucional para a disseminação dos resultados dos consórcios que mesmo hoje já estão em curso. Por isso, aguardar ou tomar a decisão de avançar significava negligenciar oportunidades na área tecnológica, na área de projetos, na área de literacia, do bem-estar para os munícipes que temos neste momento hipótese de obter."-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS, fez os

- seguintes pedidos de esclarecimento à Senhora Vice-presidente da Câmara: -----
- Quem criou aquelas empresas que serão parceiras da Câmara Municipal do Funchal, e quem são os seus responsáveis?-----
 - Quais são os argumentos para o abandono do projeto, por parte do Governo Regional, da APRAM, da EEM, da ACIF e da UMA? -----
 - Se todos os parceiros abandonaram o projeto que credibilidade tem o mesmo. -----
 - Que contrapartidas reais os munícipes têm com aquela parceria?-----
 - Que garantias têm os funchalenses que aquela parceria será para salvaguardar os seus interesses, num projeto que entidades como a UMA e a ACIF não o subscrevem como fundadores na sua criação? -----

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** esclareceu: “Senhora Deputada não tenho informação de que essas entidades abandonaram este projeto. O artigo 6º, nº 1, diz que o IDEIA está constituído com os seus fundadores à data da constituição, e em Assembleia Geral irá apreciar e aprovar aqueles que forem entendidos em sede de associados. -----
No caso da ACIF veio explicar e pedir para se juntar, situação que nós já manifestamos o nosso agrado e interesse como representantes de todos os empresários da RAM, se associem. Estas entidades têm prazos, têm de ter quóruns, têm que ter em alguns institutos públicos outra tramitação para obter as suas autorizações e, por isso, com a explicação que já dei perdíamos o comboio ou não obstante a futuros ingressos, cá estão os associados fundadores descritos no artigo 5º.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Dez - Proposta de Retificação – Associação sem Fins Lucrativos “IDEA – Instituto para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica”**, ao abrigo do disposto na al. n) do nº 1 e da al. k) do nº 2 do art.º 25º da lei 75/2013, de 12/09, à votação que mereceu a **aprovação por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à

Frente e um voto do PDR. Mereceu ainda oito votos contra do PS e cinco abstenções, três do BE, uma do PAN e uma do MPT.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente e William Joel dos Santos Figueira, do PS.-----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, declarou: “O grupo municipal do Partido Socialista votou contra esta proposta, porque tem muitas reservas no que concerne à criação da associação do IDEIA, tendo apenas como fundadores a Câmara Municipal do Funchal e as três associações recém-criadas no contexto nacional no mesmo dia e não sabemos por quem. A saída e o abandono dos parceiros anunciados para o projeto nomeadamente o Governo Regional, a APRAM, a EEM, a ACIF e a UMA, descredibiliza o projeto e não sabemos até que ponto estarão salvaguardados os interesses dos funchalenses. O grupo municipal do Partido Socialista não permitirá que esta Câmara seja utilizada como intermediária numa lógica de lucros, para o responsável por estas empresas sonegar apoios do Estado e das verbas do PRR. Não seremos coniventes com parecerias dúbias e pouco transparentes, onde instituições de excelência na área da investigação da Madeira de que é exemplo a UMA ficam de fora. Se todos os parceiros abandonaram o projeto que credibilidade tem o mesmo?” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou para o **Ponto Onze - Proposta de Deliberação – Proposta de Regulamento de Criação e Procedimentalização da Atribuição da Distinção Municipal “Munícipe Centenário”, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que não sendo alvo de apresentação nem de intervenção, foi colocado à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito

votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente e William Joel dos Santos Figueira, do PS.-----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, declarou: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta apesar de lamentar que a Câmara do Funchal não tenha seguido as sugestões que o grupo municipal do Partido Socialista fez, aquando da primeira proposta que foi aprovada nesta Assembleia Municipal. Alertamos nessa altura para a necessidade de clarificar quem poderia receber o prémio, de forma a evitar que pessoas com passado de abuso ou de crime possam recebê-lo, por exemplo, pensando no que aconteceu há poucos dias, o estudo cujo resultado dos abusos que aconteceram dentro da Igreja. Um comprovado abusador da Igreja poderá ser homenageado só porque tem 100 anos, esquecendo-se de todo o mal que provocou durante toda a sua vida.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Doze - Projeto de Regulamento de Apoio ao Comércio Local e à Restauração – Iniciativa “ALAVANCAR”**, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, aludiu: “Registamos com agrado a continuação dos nossos projetos, mesmo que este executivo altere a designação e com novas roupagens tentando construir uma nova narrativa, para não reconhecer o mérito do trabalho do executivo anterior. Está novamente a promover contos de histórias e passam do plano superar para alavancar, mas mantiveram o programa reconhecendo-lhe o mérito, mas não tendo a humildade de reconhecer quem o criou. -----

Rebatizar é prática deste executivo. Veja-se o Centro Interpretativo do Monte que reabilitado pelo anterior executivo, agora passará a Estação do Comboio, para tentar esquecer quem o reabilitou. Farão nova inauguração demagógica e usarão a técnica do reconto de histórias, mas os factos permanecerão na própria história do Funchal.”-----

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** contestou: “O ALAVANCAR começou em junho de 2022, foi publicado em Diário da República em julho. O ALAVANCAR através do Balcão do Investidor foram detetados um conjunto de necessidades dos empresários, como tendo que fazer investimentos de manutenção e substituição, mas que não encontravam nas diversas fórmulas de incentivo que existiam à data, nenhuma forma de terem minimização desses investimentos. Foi assim que o ALAVANCAR surgiu o ano passado e foi a primeira vez que existiu no Município do Funchal. O que nós vimos agora fazer, o que foi uma experiência piloto no ano passado, muito cedo se viu que foi esgotada a verba e que tínhamos destinado 250 mil euros só para este programa. Foi necessário, e posemos, mais 150 mil euros e passamos uma dotação só para o ALAVANCAR de 400 mil euros a fundo perdido o ano passado. Este ano alteramos o regulamento, primeiro tínhamos posto um período de vigência até 2025, mas, e honra seja feita e mérito a quem o tem, os Vereadores do PS sugeriram, e nós acatamos esse aconselhamento porque concordamos, que este programa e o ABRIR, são tão bons que deviam vigorar ad eterno e a nossa limitação que era o regulamento apenas para a altura do nosso mandato, foi por unanimidade feita esta alteração e aprovado até que alguém o altere, se assim o entender. O que vamos fazer de diferente, em primeiro lugar é aumentar os cais das atividades que são abrangidas sempre numa lógica de pequeno comércio e pequena restauração, portanto são áreas que não são para grandes empresas. O ALAVANCAR conta com uma dotação que está inscrita no orçamento que foi aprovada em 6 de dezembro em Assembleia Municipal de 450 mil euros, e houve uma situação que achamos por bem acautelar, que é, empresas que não foram no



ano anterior a este projeto, continuam a poder ir a 10 mil euros a fundo perdido, mas as que porventura foram no ano anterior e que querem continuar a investir param num teto máximo de 5 mil euros. O nosso objetivo é que façam investimento, mas nesta situação bem clara é dar mais condições a quem não beneficiou deste sistema no ano passado. Alargamos também as despesas ilegíveis e isto tem a ver com a nossa política de segurança que prevemos aqui digitalização, em que passam a ser despesas ilegíveis todos os investimentos inerentes a equipamentos e programas informáticos, bem como a aquisição e instalação de sistemas de alarme e de aquisição de serviços de segurança. Estas são as diferenças face ao modelo anterior que se viu que funcionou muito bem.” ----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, reforçou que quem defraudou as expetativas dos comerciantes foi o PS, porque prometiam muito apoio aos comerciantes, mas aqueles não sentiram quase nenhum apoio da Câmara liderada pelo PS. Por isso, os comerciantes solicitaram apoio ao atual Presidente da CMF, Dr. Pedro Calado, e à Vice-presidente da Câmara, Dra. Cristina Pedra, numa auscultação prévia com as associações empresariais, para uma melhor elaboração do regulamento pelos técnicos e por políticos, para que tivessem o melhor regulamento possível para aquela Casa. -----

Depois deu ênfase às majorações, que são importantes para os lojistas do Funchal, para aquela Casa e para os Senhores Deputados, porque há 10% de majoração de apoios no próprio programa para as empresas que aderiram ao programa, e tiverem a abertura do estabelecimento durante todo o dia nos seis dias por semana, e uma majoração de 20% para aqueles que abram estabelecimento, incluindo o sábado, se o quiserem. -----

Terminou dizendo que não existe duplicação de apoios e que aquele Regulamento cria condições no processo de contratação pública, transparência, critérios e objetivos bem definidos.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Doze - Projeto de Regulamento de Apoio ao Comércio Local e à Restauração – Iniciativa “ALAVANCAR”**, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, seis votos do PS, três votos do BE e um voto do PDR.

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues, Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre, José Juvenal Nunes Rodrigues, William Joel dos Santos Figueira, Catarina Isabel Nuna Mendes, do PS, Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN e Valter Freitas Rodrigues, do MPT. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Vice-presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Treze - Projeto de Regulamento do Apoio “Abrir Funchal”**, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, que transmitiu: “O “Abrir Funchal” alterou a nomenclatura. Não estamos num processo de encerramento de empresas como estivemos no ano passado fruto da pandemia, e alteramos o nome que é incentivos a quem quer abrir um estabelecimento no Funchal. Mais uma vez para microempresas, mas aumentamos o valor do subsídio a fundo perdido em 60% e aumentamos quer o valor do subsídio, como o teto máximo da renda, ou seja, em vez de 375 euros por mês, passaremos a pagar 600 euros por mês e, também, com uma dotação já orçamentada de 150 mil euros, com a preocupação de incentivar a abertura com majoração de 10% se abrir 6 dias e 20% se abrir 7 dias. Obviamente que a liberdade privada só aos empresários compete. Desejamos instruir e fazer procedimentos que possam alavancar e ter mais lucros, mais postos de trabalho, mais rendimento disponível por aqueles que trabalham e onde estão famílias todas a trabalhar, por exemplo, no tecido empresarial.”-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS, expôs o seguinte: “Temos aqui outro caso de batismo de algo que já existia, criado pelo anterior executivo “Lojas com História”.-----

Numa primeira fase mudou-se o nome para RE-ABRIR e hoje volta a batizar-se para o Abrir Funchal. Copiar algo bom, mesmo sem citar os seus autores, acaba por funcionar como um elogio a quem criou os programas. O programa era bom a dinamizar o comércio local, ainda bem que o copiaram. Só podemos votar favoravelmente um projeto do anterior executivo que se mostrou tão dinâmico e de sucesso, de tal forma que o executivo atual sentiu necessidade de o copiar e renomear. Agradecemos com certeza o reconhecimento. Estamos a chegar ao fim desta Assembleia Municipal e tivemos hoje aqui um fio condutor e uma coerência que foi transversal ao longo de toda a Assembleia. Se o Plano Municipal lhe faltava um pouco essa transversalidade, aqui ela existiu sempre e quem trabalha como assessor ou como assessora deste executivo é realmente muito fácil, embora seja monótono porque é muito repetitivo. O fio condutor é sempre o mesmo e nós vimos isso aqui hoje, nas diferentes intervenções, nem é preciso usar o jet gtp para construir as narrativas. Vejamos, basta aconselhar o Presidente ou a Vereação a fazer o seguinte, a fórmula é sempre a mesma.-----

Primeiro – fazer acusações falsas sobre o trabalho dos dois anteriores executivos, sem qualquer pudor.-----

Segundo – juntar ocultações sistemáticas e intencionais dos 109 milhões de euros de dívidas que Pedro Calado e Miguel Albuquerque, deixaram na Câmara do Funchal. Ocultar constantemente a aplicação financeira em Swaps, feita pelo próprio Pedro Calado, e que fizeram perder 1 milhão de euros das verbas dos(as) funchalenses, apresentando-se sempre como o mago do investimento. Outra coisa muito importante que deve de ser feita,

inaugurar as obras do anterior executivo da Coligação, encabeçada pelo PS, afirmando-as sempre como as suas ideias e as suas iniciativas. Ocultar sempre o facto de ter herdado uma Câmara só com 26 milhões de euros de dívida, depois do esbulho dos 109 milhões de euros feito pelo executivo do PSD, de que Pedro Calado fazia parte. Outra lista muito importante, aumentar a dívida do Funchal em 11 milhões de euros em ano e meio escondendo sempre através dos instrumentos financeiros. Outra coisa muito importante, chorar compulsivamente em todos os momentos de comunicação social, soluçando sobre o estado calamitoso que herdaram e afirmar-se sempre como a vítima de quem reduziu a dívida dos 190 milhões de euros para 26 milhões de euros, e mesmo assim conseguiram dar uma nova dinâmica à economia, à cultura, à educação, à participação e à cidadania. Outra norma muito importante e que acaba sempre por criar junto do nosso auditório muita empatia: usar sempre a síndrome do patinho feio, dizendo que o trabalho anterior foi todo, todo apagado dos arquivos e dos servidores da Câmara do Funchal, suspirando sempre tristemente sobre terem de trabalhar a partir do zero. -----

Por último, criar sempre uma realidade alternativa sem qualquer pudor nem ética.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Treze - Projeto de Regulamento do Apoio “Abrir Funchal”, de acordo com o disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Luís Miguel Moura de Sousa, Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre e William Joel dos Santos Figueira, do PS.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, para apresentar o **Ponto Catorze - Proposta de**

Am
P
26.

Deliberação - Parques periféricos e transportes públicos gratuitos, de acordo com o disposto nos artigos 3º, nº 3, al. I), 17º, al. b) e 41º nº 2 do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal: “Considerando que: -----

- i.) Uma das causas dos graves problemas de trânsito no centro do Funchal deve-se ao facto de milhares de pessoas todos os dias entrarem e circularem na cidade nos seus veículos particulares;-----
- ii.) As pessoas deslocam-se nos seus próprios veículos porque não têm alternativas mais económicas, mais sustentáveis, ou porque não têm qualquer alternativa;-----
- iii.) As deslocações são maioritariamente para transportar crianças e jovens à escola, para aceder aos locais de trabalho, e para efeitos de acesso a comércio e serviços;
- iv.) O futuro de qualquer cidade que se quer desenvolvida e cosmopolita passa pela implementação de boas práticas públicas, de políticas de mobilidade, de políticas que se preocupem com o ambiente, com a qualidade de vida dos seus cidadãos e com o seu património;-----
- v.) O Funchal foi o primeiro concelho da Região a ter um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), que foi aprovado em abril de 2018, importante instrumento que serve de suporte à implementação de diversas ações em termos de mobilidade urbana;-----
- vi.) Em 2020 fomos premiados com o Civitas Award Legacy, um prémio importantíssimo que distingue cidades empenhadas em ações orientadas para a inovação e redução da dependência do transporte individual motorizado, e que o Funchal, entre um total de 55 cidades candidatas, incluindo várias capitais europeias, viu reconhecido o seu empenho e as suas políticas, sucedendo a Estocolmo, naquele que é considerado o prémio mais importante da Europa a este nível;-----

Considerando que:-----

- vii.) Para que uma cidade reduza o número de automóveis a circular e aumente a circulação de pessoas é necessário implementar ações concretas nesse sentido, reduzindo o número de veículos particulares e fazendo aumentar a circulação de transportes coletivos, permitindo assim que mais pessoas possam aceder à cidade e usufruir da mesma; -----
- viii.) Essas medidas devem, naturalmente, ser complementadas com transportes públicos competitivos, entre os quais se destaca o uso do autocarro;-----
- ix.) A forma mais fácil e imediata é substituir a circulação de uns (automóveis particulares) em prol dos outros (transportes públicos); -----
- x.) O caos de trânsito a que se assiste diariamente na nossa cidade do Funchal é insuportável e incomportável; -----
- xi.) A falta de visão e de políticas por parte do atual executivo é notória, e a incapacidade para resolver os problemas evidente;-----
- xii.) A utilização de transportes públicos coletivos é uma solução; -----
- xiii.) A redução de veículos particulares é outra solução;-----
- xiv.) A disponibilização de parques de estacionamento nos extremos da cidade, incentiva à utilização de transportes públicos no perímetro urbano e evita congestionamento nas zonas centrais; -----
- xv.) Ambas as ações presentes no Plano de Ação de Mobilidade Sustentável do Funchal; -----
- xvi.) Também no PAMUS da RAM, se constituem como objetivos estratégicos a promoção da “utilização do sistema de transportes públicos”, e o “contribuir para uma mobilidade mais inclusiva”. É igualmente uma preocupação da RAM vertida no PAMU a implementação de soluções de transportes económica e ambientalmente sustentáveis;-----

João
Q
26.

xvii.) É necessário criar incentivos para que as pessoas prescindam da comodidade do seu automóvel e ao mesmo tempo criar medidas que proporcionem alternativas mais vantajosas; -----

xviii.) No passado chegou a existir um projeto, denominado "Park and Ride", que começou por ser uma boa ideia, mas que rapidamente ficou condenado ao seu fracasso pela falta de medidas integradas e complementares como a da gratuidade desses parques e dos transportes; -----

E que:-----

xix.) Tem de existir uma vantagem clara e inequívoca para os utilizadores deste serviço, e essa vantagem tem de ser económica;-----

xx.) O foco não pode ser o das empresas prestadoras de serviço, que visam o lucro, mas o interesse das populações e da cidade, ou seja, o interesse público;-----

xxi.) Medidas como estas por um lado combatem a excessiva circulação de automóveis, através da diminuição do fluxo e do número de automóveis no centro, protegem o nosso ambiente, e por outro trazem uma vantagem patrimonial aos municípios, por não terem gastos com o combustível e estacionamento das suas viaturas;-----

xxii.) Os estacionamentos que serão disponibilizados terão de ser gratuitos e os transportes públicos coletivos de passageiros a custo zero, só assim a medida poderá ser eficaz.-----

xxiii.) Os momentos de crise económica atual, com previsões de agravamento, com o atual custo de vida muito mais elevado do que era há um ano, justificam a adoção de medidas excecionais.-----

Neste sentido, a Assembleia Municipal do Funchal, em sessão de 24 de fevereiro de 2023, ao abrigo dos artigos 25º n.º 2, alínea k) e 23º n.º d a Lei 75/2013 de 12 de

setembro, delibera pronunciar-se sobre o seguinte:-----

A) Que sejam criadas, nas extremidades da cidade, zonas, a definir pela Câmara Municipal, para estacionamento gratuito de viaturas automóveis, em zonas periféricas ao centro, e, simultaneamente, com vista a reforçar esta medida: -----

B) Que seja reforçada ou criada uma rede de transportes coletivos, igualmente gratuitos, de forma que estes realizem o percurso dos parques de estacionamento gratuitos periféricos para os vários pontos da cidade, estabelecendo, se necessários, parcerias ou celebrando protocolos com entidades parceiras, públicas e ou privadas.” -----

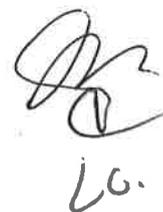
- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, perguntou se por acaso o grupo municipal do Partido Socialista lhes pode elucidar quanto aos custos de todas aquelas medidas gratuitas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, esclareceu: “Não compete à Assembleia Municipal prever o custo financeiro de uma medida, nós estamos aqui em sede de uma competência de uma Assembleia Municipal, que é a da tomada de posição e do deliberar sobre determinadas matérias que são do interesse da cidade. Mas já agora quero lhe dizer que quando foi lançado o projeto do Park & Ride, chegou a ser equacionada a possibilidade de um passe que teria um custo único entre as pessoas que estacionariam nesses parques e que utilizassem os transportes, por volta dos 30 a 35 euros.” -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o MPT subscreve na totalidade aquela proposta do PS. Também, já apresentaram uma proposta para transportes públicos gratuitos com valores calculados, contudo aquela proposta



abrange ainda mais pessoas pelo que é uma proposta que deveria de ser abraçada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, disse que aquele é mais um daqueles assuntos que consideram fundamentais para o gestor coletivo, pois é o impacto orçamental versus o futuro sustentável de todos, porque não podem continuar a meter mais carros, a esquecer a descarbonização da economia, da sociedade e pura e simplesmente assobiar para o lado à espera de que as coisas se resolvam per si.

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** contrapôs: “Teoricamente no mundo ideal esta proposta estou perfeitamente de acordo e, portanto, ela existe em outros sítios e funciona. Há só duas questões que eu acho que seriam equacionadas.-----

A primeira é que no passado nós tentamos fazer processos desses muito bem feitos, apoiámos uma campanha de comunicação social a um preço muito acessível, nos anos 90 com o supermercado na zona dos Viveiros, era um grupo privado que o fazia alavancado pela AREAM e pela Câmara e a segunda nos anos 2009, 10, 11 através do projeto CIVITAS Mimosa que a Câmara Municipal do Funchal pertencia com os Horários do Funchal. Chamava-se Mobi Parque, a partir dos parques que do lado oeste era a partir da freguesia de São Martinho, no lado este da cidade do Funchal o Parque de Santiago Menor (Parque da Forca). Também nesses dois parques partiam duas linhas que serviam todos os estabelecimentos escolares da cidade do Funchal, com uma tarifa gratuita até determinada idade, mas infelizmente a adesão foi baixíssima. E refuto por completo que fossem medidas adhoc, aliás o Funchal ganhou em 2013 o Prémio Civitas Cidade Europeia do Ano da Mobilidade, passado pela Comissão Europeia, não sendo essas medidas mantidas pela vereação que veio a seguir e acabou com todas elas, desde a restrição de acessos ao centro da cidade do Funchal, como o transporte de bicicletas nos Horários do Funchal, a implementação de uma linha com a periodicidade de 5 em 5 minutos onde todos os abrigos eram cobertos. Houve uma lógica de serviço, de campanhas de comunicação como nunca

houve entre a Câmara Municipal do Funchal, só aí se entende que nós tivéssemos ganho esse prémio Cidade Europeia da Mobilidade. -----

Mas qualquer iniciativa legislativa não é um voto de recomendação. Um voto de recomendação é uma recomendação política e aí sim não é necessário ter um impacto orçamental, é uma proposta de deliberação que V. Exa apresenta e ela a ser implementada, significa que vamos buscar dinheiro onde? O Orçamento que foi aprovado não a contempla, uma medida dessas dir-lhe-ei que custa milhões de euros, então vamos implementá-la onde? De que meios? -----

Do ponto de vista do código administrativo é obrigatório quando fazemos uma determinada medida, saber qual é o impacto que essa medida traz no orçamento sob pena de nós não conseguirmos de maneira nenhuma acolher as propostas todas que são geradas.-----

Perante isso tudo, se esta medida colhe tanto a vossa simpatia, tiveram 8 anos que era mais que tempo suficiente para a implementar. Por isso, eu pergunto durante estes anos onde houve fundos europeus quer a nível regional, quer a nível de Bruxelas, porque é que não o fizeram? -----

Portanto, perante isto tudo a nossa posição, infelizmente, com base no passado foi experimentado onde nós tivemos esta medida não *ad hoc*, mas enquadrada num conjunto de outras medidas, em que tivemos dois parques aderentes, em que tivemos linhas de transportes escolar, em que tivemos campanha de publicidade, em que tivemos um conjunto de medidas que nos levou a ganhar o prémio de Melhor Cidade de Mobilidade atribuído pela Comissão Europeia, desculpe de dizer há custa disso eu próprio liderei a rede Civitas com 209 cidades europeias em que tive o prazer de ser Chairman dessa rede e Conselheiro do Vice-presidente da Comissão Europeia de então, nós temos isso no passado e acredito nisso, infelizmente nós tentamos e não conseguimos. Desconfio que agora, novamente, essa medida possa colher a simpatia.-----



Para terminar, acredito muito mais em poder agora que temos novos meios tecnológicos no meio elétrico, é uma proposta que estamos a ponderar, em poder ver o que é que conseguimos alargar desse meio elétrico, como o autocarro que anda no centro do Funchal e poder ter uma maior cobertura deste transporte que as pessoas aderem e que gostam, de forma a poder servir zonas da cidade que hoje em dia não são servidas, aumentando a adesão das pessoas ao transporte público. Lembrar também que foi o governo PSD que fez as melhores medidas em termos de transporte públicos que a Região e o Funchal teve nos últimos anos. Foi uma redução do tarifário que significou que o transporte interurbano e o transporte urbano, as crianças até aos 12 anos não pagam, existe uma rede de transporte escolar gratuita, a partir daí pagam um baixo valor, mas que se existir do ponto de vista social também através da escola é enquadrado, e, portanto, essas medidas são verdadeiramente importantes, o preço infelizmente era uma barreira para aceder ao transporte público e hoje em dia essa já não é uma questão, porque os valores do tarifário é altamente atrativo." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, contrariou que de facto, apesar de todas aquelas medidas que acabou de enunciar e que é de conhecimento público, aquilo que atualmente os munícipes do Funchal assistem é um caos no trânsito e as políticas que têm sido defendidas por aquele executivo, nomeadamente de colocar mais estacionamento no centro, não se coaduna com o que acabou de referir, nomeadamente naquelas que são as políticas no âmbito do plano de ação para a mobilidade urbana sustentável. Também lhe parece que a questão orçamental é uma desculpa que surge, para não executar uma política que deve de ser implementada. Esclareceu ainda que a Assembleia Municipal não tem competências executivas, mas tem competências deliberativas, depois compete o executivo no âmbito das suas competências elaborar estudos, verificar o impacto e chegar à conclusão que não tem orçamento e que é

inviável tomar essa decisão. Sobre a linha eco que falou julga que se coaduna perfeitamente com aquela proposta e que pode perfeitamente ser integrada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, disse que se as práticas que o Senhor Vereador Bruno Pereira referiu, e que foram abandonadas em dois mil e treze, foram boas aquele executivo poderia muito bem retomar algumas delas. Disse ainda que o argumento orçamental é importante, mas recordou também a promessa feita pelo atual executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao estacionamento no Largo do Colégio que inicialmente seria para 1500 lugares, depois passaram a 1000 e, entretanto, passaram a estacionamentos na área do Funchal, que com certeza havia um custo associado a isso e seguramente não seriam poucos milhares de euros quando comparado com a proposta trazida pela bancada municipal do Partido Socialista.-----

Depois referindo-se ao trânsito atual na cidade do Funchal, não colocou em causa de quem é a responsabilidade, porque grande parte da população utiliza os seus meios de transporte para se deslocar, mas que é de facto um problema que compete àquele executivo arranjar soluções.-----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** replicou: “Volto a dizer que uma coisa é uma proposta de recomendação, é um documento político que esta Assembleia expressa, outra coisa é uma proposta de deliberação. Ela implica de a Câmara ter de aceitar, caso seja aprovada, e pô-la em prática, portanto quando se faz uma proposta de deliberação, da mesma forma de quando há um regulamento, deve de ser quantificado esse mesmo regulamento. O processo legislativo de uma proposta exige uma avaliação de impacto e é disso que eu trato, uma proposta de recomendação é aprovada e manifesta uma intenção por parte de quem a propõe.-----

Sobre a questão dos parques de estacionamento que a Câmara tem a intenção de construir

Handwritten signature and initials in black ink, located in the top right corner of the page.

e está a desenvolver estudos nesse sentido, nós nunca dissemos que esse investimento era público, como bem sabe os últimos parques de estacionamento que foram construídos pela Câmara, foram através de concessões. Portanto, com a exceção dos primeiros, Campo da Barca, 2000 e Praça Severiano Ferraz, o Parque da Forca, o Parque do Almirante Reis, o Tecnoparque, todos esses foram concessões da Câmara que servem o seu fim público, e os concessionários com certeza que estão satisfeitos com este investimento, portanto é disso que se trata e mais uma vez esse seu argumento não é verdadeiro, porque não é a Câmara que vai diretamente, através de um concurso público para uma concessão onde esse investimento poderá acontecer. -----

Relativamente à **Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano** vamos sem dúvida fazê-lo, no entanto como estamos a aproveitar o novo quadro comunitário para um conjunto de medidas que desde a questão semafórica, à questão da melhoria sempre daquilo que são as condições de pedonalização, foi esta a questão ao longo dos anos do encerramento de ruas, do aumento dos passeios, de alinhamentos arbóreos, no devido tempo traremos, no âmbito daquilo que é o Programa novo, que infelizmente está atrasado em toda a europa. Retomando ao **Senhor Deputado Municipal Egidio Fernandes** o Funchal e todas as grandes e médias cidades europeias, tiveram o melhor trânsito nos últimos anos devido ao Covid, é normal que quando retomamos em 2022 aquilo que é a normalidade pós Covid, que possa existir uma perceção de que as coisas podem estar menos positivas, mas isso não é avesso ter 2 anos em que tudo flui com normalidade, agora a Câmara tem as suas métricas, tem os seus sistemas de vídeo e posso-lhe garantir que a situação não é pior de maneira nenhuma do que era no passado. Existe, pontualmente, questões que estão a ser estudadas e tem a ver com obras, quando nós temos a maior obra do ponto de vista de infraestruturas de água, que é o sistema de monitorização de fugas da rede, em que vamos fazer trezentas e tal caixas no Funchal, isso significa que têm impacto para o trânsito. Mas

eu peço a compreensão das pessoas, não pode haver obras positivas, sustentáveis que tenham a ver com uma menor diminuição do uso da água, sem o impacto rodoviário.-----
Existem obras de reabilitação do centro da cidade e para reabilitar um prédio é preciso montar um estaleiro que ocupa a via pública, logo essa ocupação restringe ou impede a circulação. Ora querer recuperação, menores fugas de água, mas não querer trânsito, parece-me uma equação que é impossível de resolver e aí é fácil chegar cá e dizer uma constatação, que eu acho que tem muito a ver com uma percepção depois de 2 anos, mas esqueceu-se do que está a acontecer na cidade que é investimento e obras e temos todos o dever de dizer às pessoas que tentem arranjar outros meios enquanto essas obras estão a decorrer.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, disse: “Relativamente à questão legal e de deliberação da Assembleia Municipal, só dizer ao Senhor Vereador que a Assembleia Municipal enquanto órgão deliberativo tem uma das suas competências que é a que está prevista no artigo 25º, nº 2, al k), que foi aquela que foi invocada nesta proposta de deliberação, que é pronunciar-se sobre todos os assuntos que estejam no âmbito das atribuições do Município, e, portanto, isto é uma tomada de posição e não obriga, ao contrário do que disse o Senhor Vereador, a Câmara a executar o que quer que seja, mas é uma tomada de posição política para que o executivo possa desencadear todos os procedimentos com vista à sua implementação ou não.”-----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** disse que ao contrário da anterior Vereação em que houve deliberações tomadas pela Assembleia Municipal e não as acolheram, para a atual Vereação uma deliberação da Assembleia Municipal significa o dever de a cumprir. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Catorze - Proposta de Deliberação - Parques periféricos e transportes públicos gratuitos, de acordo com o**



26.

disposto nos artigos 3º, nº 3, al. I), 17º, al. b) e 41º nº 2 do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal – apresentada pelo PS, não sendo aprovado com vinte e três votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda nove votos a favor, sendo sete votos do PS, um voto do PAN, um voto do MPT e quatro abstenções, três do BE e uma do PDR.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Luís Miguel Moura de Sousa, Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre, Catarina Isabel Nuna Mendes e William Joel dos Santos Figueira, do PS.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Quinze - Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, ao abrigo do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09**, e informou que deu entrada no serviço administrativo da Assembleia Municipal um ofício enviado pela Senhora Presidente da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Dra. Fátima Fernandes, a informar que não pode estar presente naquela sessão, uma vez que aquela Comissão tem agendada uma reunião da Comissão Restrita para a mesma data.-----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, manifestou: “Nestes relatórios da CPCJ há coisas que acho que são muito importantes para a cidade e nós como deputados municipais, acho que tem dados que são realmente importantes de reter. Tinha uma pergunta, lamento que a Senhora Presidente da CPCJ não possa aqui estar.-----

Porque é que há 59 casos de crianças com nacionalidade desconhecida?-----

Não percebo como é que pode haver 59 crianças em que a Comissão não sabe a sua nacionalidade. Mas através do mapa vemos que o Funchal começa a ser uma cidade bastante cosmopolita, agora tem pessoas que estão a trabalhar, que vivem aqui e nós nas

escolas sentimos cada vez mais este crescimento das diferentes nacionalidades e a importância que o trabalho intercultural tem nas escolas para ser feito. -----

Mas eu queria chamar aqui a vossa atenção para os seguintes números: no escalão dos 0 aos 2 anos, temos na cidade do Funchal, ativos, 22 casos de crianças que são vítimas de violência doméstica. No escalão dos 3 aos 5 anos, temos 42 casos de crianças que vivem em ambientes onde existe violência doméstica, 16 rapazes, 26 raparigas. No escalão dos 9 aos 10 anos, temos 33 casos de crianças vítimas de violência doméstica, 15 rapazes e 18 raparigas. No escalão dos 11 aos 14 anos, temos 36 crianças vítimas de violência doméstica, 23 rapazes e 13 raparigas. Dos 15 aos 17 anos, aparecem 13 crianças, 6 rapazes e 7 raparigas, como sabem é-se criança até aos 18 anos, depois ainda há o escalão dos 18 aos 21 anos, apesar de não ser considerado criança até aos 21 anos, mas é dada a continuidade do trabalho. Portanto, o fenómeno da violência doméstica, é um fenómeno que neste momento é cada vez mais grave apesar de estarmos no século XXI e que, também maioritariamente, como sabem, as vítimas são mulheres. Há vítimas masculinas, mas a diferença de vítimas do sexo feminino ao do sexo masculino é abissal, as mulheres são sempre o maior número de vítimas de violência doméstica, e eu gostava de vos lembrar que a linguagem é um dos elementos da violência e por isso, custa-me bastante que tenham de alguma forma chamado e gozado com a nossa proposta, porque a violência doméstica está, também, cruzada e é transversal à utilização do masculino como forma de normalização da sociedade e como forma de invisibilizar as mulheres, e ainda transformá-las em objetos que podem ser alvos de pancadaria. E as crianças, isso preocupa-me imenso, nós no Funchal temos realmente um problema e ainda bem que o plano municipal é um dos eixos em que vai trabalhar, e este é um eixo em que nós nunca devemos, acho eu, gozar ou diminuir.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passando ao **Ponto Dezasseis - Eleição de um**

elemento designado pela Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de acordo com o disposto na al. l) do art.º 17º da Lei 147/1999 de 01/1999, informou que foi proposta pela Coligação Funchal Sempre à Frente, a **Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira**. -----

De seguida passou à votação para a eleição por voto secreto, da candidata apresentada, sendo eleita com trinta e um votos a Favor, dois votos Contra e três votos em Branco. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, *Fernando Sousa*

--- O Primeiro Secretário, *Fabíola Paula Pereira Lima*

--- A Segunda Secretária, *Maria Isabel Henriques Gouveia*

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, *Nélia Gonçalves*